



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0949/15	DATA: 23/06/2015	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 14h58min	TÉRMINO: 18h12min	PÁGINAS: 69

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
RAFAEL VALLE VERNASCHI - Defensor Público-Geral do Estado de São Paulo. YOUSSEF ABOU CHAHIN - Delegado-Chefe da Polícia Civil do Estado de São Paulo. RICARDO GAMBARONI - Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo. ALEXANDRE MORAES - Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

SUMÁRIO

Audiência pública com os convidados sobre o tema da CPI.
--

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens. Há oradores não identificados em breves intervenções. Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
--



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Boa tarde a todos e a todas.

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito Violência Contra Jovens Negros e Pobres.

Nós vamos passar ao segundo item da pauta, a audiência pública. Antes, quero agradecer aos Deputados de São Paulo que organizaram a ida da nossa CPI ao Estado: agradecer ao Deputado Orlando Silva...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Muito boa a CPI. Fruto do seu esforço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, meu líder, meu comandante, Edson Moreira.

Obrigado, Deputado Orlando Silva, pela organização, pela visita aos bairros Jardim Rosana, Jardim São Luís e também pela visita ao Vice-Governador.

Nós queremos agradecer o carinho de Márcio França, nosso colega, ex-Deputado Federal; também ao Presidente da Assembleia, que anunciou que vai propor a criação de comissão especial para discutir a elaboração do plano estadual de enfrentamento ao homicídio; também à Assembleia Legislativa, na pessoa do Presidente, por nos acolher em audiência pública, e também a diversas lideranças que participaram, que ajudaram na mobilização.

Deputado Orlando Silva com a palavra.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, apenas fazer um registro.

Na construção da agenda, o Governador Geraldo Alckmin se colocou à disposição para receber a Comissão no seu gabinete. Em função de compromissos fora da Capital, esse encontro não se realizou.

Eu considero que foi muito satisfatória a conversa com o Vice-Governador, o ex-Deputado Márcio França. O Chefe da Casa Civil, Edson Aparecido, também sinalizou que, caso a CPI entenda necessário, o Governador estaria à disposição na próxima segunda, às 14 horas.

Em princípio, eu sugeri a manutenção da agenda — depois vamos conversar com os Deputados de São Paulo que têm interesse de participar — para que, sem prejuízo da audiência de hoje, na qual teremos oportunidade de ouvir o Comando da



Segurança Pública de São Paulo... Para a CPI, eu considero, é um prestígio relevante se o Governador do Estado de São Paulo, o maior Estado do Brasil, der atenção às nossas preocupações e eventualmente nos receber.

Então, fica registrada a disposição do Governo. Vamos avaliar nos próximos dias a confirmação dessa agenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k.

Nós queremos designar os mesmos Deputados que participaram dessa ida da CPI ao Estado de São Paulo: V.Exa., Deputado Orlando Silva, e o Deputado Major Olimpio, para estarem presentes na reunião com o Governador Geraldo Alckmin, às 14 horas.

Nós vamos, junto com o Deputado Delegado Éder Mauro, a Belém, no Pará, na segunda-feira que vem. Então, na condição de Presidente, não poderei ir a São Paulo, mas V.Exa. e o Deputado Major Olimpio estão designados para estarem presentes com o Governador Geraldo Alckmin. Agradeçam a ele pela gentileza e pelo carinho de receber a CPI.

Iniciaremos a audiência pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito, resultado da aprovação do Requerimento nº 54, de minha autoria.

Informo que durante a fala dos convidados não haverá apartes.

Convido para sentar-se à Mesa o Sr. Alexandre Moraes, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo (*palmas*); convido também para sentar-se à Mesa o Sr. Ricardo Gambaroni, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo (*palmas*); convido também para sentar-se à Mesa o Sr. Youssef Chahin, Delegado-Chefe da Polícia Civil do Estado de São Paulo (*palmas*); convido também para sentar-se à Mesa o Sr. Rafael Valle Vernaschi, Defensor Público-Geral do Estado de São Paulo. (*Palmas.*)

Antes de conceder a palavra, quero dizer aos convidados que o tempo de exposição é de 20 minutos. Se for necessário prorrogar, vamos dialogar aqui.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Major Olimpio com a palavra.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Até por nós estarmos com uma delegação da Direção da Segurança Pública de São Paulo... Houve, na madrugada,



a morte, em serviço, do soldado Casemiro, na região de Sorocaba. Ao atender a uma ocorrência de roubo, ele foi baleado em serviço e acabou morrendo.

Então, até em respeito à delegação de São Paulo, proponho a V.Exa. que seja feito 1 minuto de silêncio pelo nosso policial executado nesta noite. Às 16h30min, ele deve ser enterrado no Município de Laranjal Paulista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k.

Um minuto de silêncio.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Antes de conceder a palavra ao Defensor Público-Geral do Estado de São Paulo, Rafael Valle, informo que a CPI entrou na fase de ouvir os gestores da segurança pública nos Estados.

Nós resolvemos ouvir os seis Estados com maiores indicadores de violência, de homicídios, e os seis menores — São Paulo está entre os menores —, no sentido de trazer propostas, porque as ações foram feitas, o que, talvez, seja importante do ponto de vista de melhorar a matéria legislativa, ou seja, avançarmos mais.

Esta é a intenção da CPI ao ouvir os gestores.

A CPI trabalha com a possibilidade de alterar a Constituição, fazer um novo sistema federativo e republicano sobre segurança pública, e também trabalha com a hipótese — o Ministério da Justiça também já está conversando com os senhores — de elaborar um plano nacional de enfrentamento aos homicídios no País.

Então, nós também queremos trazer não só políticas do ponto de vista de repressão, mas também políticas preventivas na área de enfrentamento à violência. A ideia é que se possa construir um plano de metas do ponto de vista de políticas sociais, para tratar as diversas realidades da juventude brasileira, em especial aquelas mais vulneráveis, em regiões mais periféricas.

Então, foi com esse sentido que a CPI os convidou, para que pudéssemos debater esses temas.

Quero passar a palavra, por 20 minutos, ao Defensor Público-Geral do Estado de São Paulo, Rafael Valle.

O SR. RAFAEL VALLE VERNASCHI - Boa tarde a todas e a todos.

Quero cumprimentar, inicialmente, o Exmo. Presidente desta Mesa, Deputado Reginaldo Lopes, em nome de quem cumprimento todos os Deputados integrantes



desta Comissão: Major Olímpio, de São Paulo; o Delegado Éder Mauro; o Deputado Orlando Silva; o Deputado Delegado Edson Moreira, que eu vejo, por ora, aqui presente; saúdo também o Deputado Paulo Teixeira, que acaba de chegar. Quero cumprimentar o Secretário de Segurança Pública Alexandre de Moraes; o Comandante-Geral da Polícia Militar Ricardo Gambaroni; o Delegado-Chefe da Polícia Civil Youssef Chahin.

Eu trouxe alguns apontamentos até para situar um pouco a condição da Defensoria Pública nesse contexto, em que se debate nesta CPI a violência contra jovens negros e pobres.

Primeiro, quero falar um pouco da atuação da Defensoria Pública especialmente no Estado de São Paulo. Ela foi criada apenas no ano de 2006. E agora, por conta da recém-aprovada Emenda Constitucional nº 80, de 2014, foi elevada à condição de instituição, expressão do regime democrático, promotora dos direitos humanos, com a missão de garantir a orientação jurídica a toda a população carente, seja de forma individual, seja de forma coletiva, seja judicial, seja extrajudicial.

Então, a Defensoria Pública busca sempre o acesso à justiça no seu sentido mais amplo; aqui não sendo vista apenas como atuação judicial, em processos, o que é feito diuturnamente pelos defensores públicos, mas principalmente na sua abordagem mais ampla, buscando as atuações e as soluções extrajudiciais de conflitos, por meio, principalmente, da mediação e da conciliação. Ela também desenvolve a atuação dos defensores públicos, por meio da educação em direitos, que levam ao conhecimento da população os direitos que ela tem até para que possa reivindicá-los, postulá-los perante o Judiciário e o Estado, de um modo geral.

A Defensoria Estadual atua em todas as matérias de âmbito estadual da Justiça Estadual. Em São Paulo, iniciamos a atuação em 2006, com 87 defensores públicos, que vieram da Procuradoria de Assistência Judiciária, pertencente à Procuradoria do Estado. Hoje somos 719 defensores públicos, após aprovação de diversos cargos para a Defensoria. Há um total de 900 cargos, com 719 lotados. Todos os defensores atuam em suas unidades, cada um na sua área, sendo que as mais abrangentes são cível, família, criminal, execução criminal e júri. Há atuação dos núcleos especializados, onde acabam ocorrendo atuações mais estratégicas,



que, de certa forma, conseguem dar suporte a todos os defensores públicos, em áreas temáticas. E, para o tema que se discute hoje, poderia destacar, em especial, a atuação do Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito e o Núcleo de Direitos Humanos.

Eu falei um pouco aqui da Emenda Constitucional nº 80, aprovada no ano passado, que prevê a necessidade de expansão da Defensoria Pública, em 8 anos, para todas as unidades jurisdicionais.

Mais uma vez, cumprimento toda esta Casa, todo o Congresso Nacional, pela importante aprovação, que fortalece a atuação da Defensoria Pública em âmbito nacional.

Houve várias inovações. Além da previsão de expansão da Defensoria Pública, a aplicação do Regime Jurídico da Magistratura naquilo que lhe couber, a sua previsão, em capítulo próprio, na Constituição, e até mesmo a iniciativa legislativa.

Em São Paulo, a Defensoria está em 43 Municípios — são 645. Ainda é pouco, em termos de atuação nos Municípios. A Defensoria atende a população que tem renda familiar de até 3 salários e está situada nas maiores cidades, onde há o maior adensamento populacional e maior pobreza — aliás, este é o critério da legislação para expansão da Defensoria Pública. Portanto, a Defensoria consegue atingir hoje 20.711 milhões de pessoas. Em todo o Estado de São Paulo, ela alcança um total de 29.543 milhões.

Entrando mais diretamente no tema aqui discutido, conforme dados já trazidos a esta Comissão e que vêm sendo discutidos na Câmara dos Deputados e, principalmente, conforme dados do Mapa da Violência, pudemos trazer e mostrar algumas informações importantes sobre a atuação da Defensoria Pública.

Alguns dados mostram, por exemplo, no Mapa da Violência, a mortalidade por arma de fogo em São Paulo. Em 2002, houve 10.229; em 2012, houve uma redução bastante importante, 4.239 casos. Então, no Estado de São Paulo, houve uma redução de 58,6%, enquanto que, no Brasil, no período de 2002 a 2012, houve uma elevação de 11,7%. Há também a constatação da mortalidade de arma de fogo, em São Paulo, por cor. Em 2003, foram 19,9% da população branca, considerando a taxa por 100 mil habitantes; em 2012, esse número caiu para 8,7%, na população



branca. Em 2003, na população negra, caiu de 36,2% para 12,2%, em 2012. Então, houve uma redução tanto na população branca quanto na negra, considerando os critérios do IBGE, mas ainda continua elevada na população negra.

Então, por conta de todos esses números e esse contexto, antes de falar especificamente das ações concretas que vêm sendo desenvolvidas pela Defensoria Pública de São Paulo, eu queria destacar o Protocolo de Intenções que foi assinado em 2013, pelo Ministério da Justiça, também com a participação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com o CNJ, com o Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais, com o Conselho Nacional do Ministério Público e com o Conselho Federal da OAB.

Nesse documento, nesse Protocolo de Intenções, entre as ações específicas, há aquelas incumbências que ficaram para o CONDEGE — Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais.

Então, como linhas a serem seguidas e adotadas pelas defensorias — vou exemplificar apenas algumas, para dar ênfase mais especificamente às da Defensoria Pública de São Paulo —, temos o fomento à criação de núcleos especializados de enfrentamento ao racismo, nas Defensorias Públicas estaduais; o fortalecimento de ações, seminários e projetos de educação em direitos, com matérias voltadas ao combate ao racismo; o fomento à realização de censo periódico para traçar um diagnóstico do perfil racial e étnico da instituição; bem como o fomento à expedição do ato normativo cabível visando a implementação de políticas de ação afirmativa para ingresso de negros nos quadros de membros, servidores e estagiários da instituição.

Então, no âmbito da Defensoria Pública de São Paulo, quero destacar algumas das ações que vêm sendo efetivadas, não apenas por conta desse Protocolo de Intenções, mas que já vem sendo desenvolvidas e potencializadas, cada vez mais.

O primeiro está no âmbito da atuação do Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito, cujo integrante desse núcleo participa ativamente das reuniões do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, no Estado de São Paulo. Esse núcleo possui também diversos canais de denúncias de prática de racismo e discriminação, seja por *e-mail*,



seja por telefone, seja pessoalmente. As pessoas podem ir até à Defensoria Pública ou apresentar, por *e-mail* ou por telefone, essas denúncias. Há ainda a elaboração de cartilhas sobre preconceito racial, a nossa atuação em processos administrativos, junto à Secretaria Justiça, por conta da Lei Complementar Estadual nº 14.187, que determina que qualquer pessoa pode ser denunciada. Nesse caso, a penalidade fica estabelecida apenas por sanções administrativas; ela vai desde advertência até cassação de licença para funcionamento.

Também outra atuação importante é a do nosso Núcleo de Direitos Humanos. Ele tem uma atuação específica — não só nessa, mas em outras frentes também —, no que se refere à letalidade policial ou a qualquer tipo de ação por policial. Então, fazemos o acompanhamento, na verdade, buscando ações de reparação de danos materiais e morais. As ações propostas contra o Estado são elaboradas pelo Núcleo de Direitos Humanos, apresentadas e acompanhadas pelos defensores públicos que atuam nas Varas da Fazenda Pública. A Defensoria Pública sempre atua quando chega notícia desses casos.

Em 2014, especificamente, por meio do Conselho Superior da Defensoria Pública, que é o órgão deliberativo, após a DPF 186, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, houve também a edição de uma deliberação, adotando, no âmbito da Defensoria Pública de São Paulo, o sistema de cotas, nos concursos públicos, para defensor público e para servidor, estabelecendo cota de 20% para negros e indígenas nesses concursos.

E, por fim, quero colocar também a nossa atuação, uma das principais atuações da Defensoria Pública de São Paulo. Segundo identificamos nos dados e nos estudos — faço aqui referência ao mapa do encarceramento dos jovens do Brasil —, infelizmente, a maioria da população carcerária do Brasil e também do Estado de São Paulo é jovem e negra.

Então, nesse âmbito e na atuação da Defensoria Pública, a gente desenvolve um trabalho importante junto aos CDPs — Centros de Detenção Provisória de todo o Estado, com visitas periódicas dos defensores públicos, buscando uma atuação mais efetiva, buscando os fatos, buscando testemunhas, para que as defesas sejam cada vez mais efetivas e mais consistentes por parte da Defensoria Pública.



E há também uma atuação recente que iniciou no Estado de São Paulo, com um projeto-piloto, do qual participa o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Segurança Pública, da Secretaria de Administração Penitenciária, do Tribunal de Justiça, do CNJ, nas audiências de custódia, e tem se mostrado um instrumento muito eficiente para a defesa e para a garantia do contraditório e para a defesa efetiva da atuação da Defensoria Pública nesse âmbito.

Eu acho que eram essas as colocações que eu tinha a fazer. e, mais uma vez aqui, quero agradecer o convite feito pela Comissão e me colocar à inteira disposição para qualquer outro esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Dr. Rafael Valle.

Passo a palavra ao Delegado-Chefe da Polícia Civil do Estado de São Paulo, Youssef Abou Chahin.

O SR. YOUSSEF ABOU CHAHIN - Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar o Presidente desta sessão, Reginaldo Lopes, os Deputados amigos Major Olimpio, Goulart, Bacelar, Delegado Éder Mauro, Orlando Silva, Delegado Edson Moreira, Paulo Teixeira, e cumprimentar os meus colegas integrantes da Mesa, Coronel Ricardo Gambaroni, Dr. Alexandre Moraes, Dr. Rafael Vernaschi e todos os presentes.

Eu pretendo falar aqui um pouquinho — fiz um breve texto — a respeito da política de direitos humanos assumida pelo Governo do Estado de São Paulo, que pretende, mais do que compreender as diversas formas de violência, buscar formas de proteger grupos vulneráveis.

Nesse sentido, nós temos no Departamento Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa uma divisão de proteção à pessoa com cinco delegacias especializadas, cujas atribuições são voltadas à defesa de direitos humanos e grupos vulneráveis — então, esse é um exemplo do Estado de São Paulo para o País de uma forma geral —, e uma política pública clara de enfrentamento à discriminação e exclusão social, em que foram instituídas as seguintes unidades: primeira delegacia, com atribuição de executar as atividades de prevenção e repreensão aos crimes contra a liberdade pessoal, em especial, tráfico interno de



peessoas, trabalho escravo e exploração sexual; segunda delegacia, especializada nos crimes raciais e de delitos de intolerância; terceira delegacia, de proteção à testemunha e vítimas; quarta delegacia, de combate à pedofilia; e quinta delegacia, que trata especificamente dos crimes de intolerância esportiva.

A Polícia Civil tem uma enorme preocupação pela busca da efetividade, da dignidade da pessoa humana. E as unidades policiais acima, neste contexto, atuam em colaboração direta com diversos organismos da sociedade civil e do Governo, nas três esferas, um trabalho conjunto em rede, por meio do qual se pretende entender, controlar e minimizar as diversas manifestações de violência que precedem aos homicídios.

Apenas exemplificando: a primeira delegacia interage com o CAMI — Centro de Apoio ao Migrante e o trabalho de enfrentamento ao tráfico de pessoas e erradicação do trabalho escravo e refúgio; a segunda, com o Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT, ONGs e centros de referência; a terceira delegacia, com programa estadual de proteção às vítimas e testemunhas; e a quarta e quinta delegacias, diretamente com o Ministério Público.

Nesse contexto é que desponta a DECRADI, do DHPP, da mesma divisão de proteção à pessoa, com uma política afirmativa para atendimento de grupos vulneráveis incluindo a população negra e parda.

A DECRADI foi criada através do Decreto nº 50.594, em 2006, com a finalidade de reprimir e analisar os delitos de intolerância definidos por infrações originariamente motivados pelo posicionamento intransigente e divergente de pessoas ou grupo em relação a outras pessoas ou grupo e caracterizados por convicções ideológicas, religiosas, raciais, culturais, étnicas e esportivas, visando à exclusão social.

Além disso, visando ao controle desses grupos, mantém um banco de dados com informações de procedimentos de registros a ele relacionados. Com a última alteração em 2014, através do Decreto nº 60.353, a atribuição relacionada aos delitos de intolerância esportiva foi transferida à, então, quinta delegacia para esse fim.

A DECRADI advém do antigo GRADI, que era o Grupo de Repressão e Análise aos Delitos de Intolerância, criado pela Resolução SSP nº 42, em 2000, que



é diretamente subordinada ao Secretário da Segurança Pública e composto por policiais civis e militares.

A criação da unidade ocorreu após o homicídio, em 6 de fevereiro do ano de 2000, do homossexual Edson Nérís da Silva, brutalmente espancado por um grupo de *skinheads*. Como resposta da Polícia Civil do Estado de São Paulo, foi criada essa unidade em face da gravidade dos fatos.

Os índices apurados pela Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa, especialmente a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância, cuja competência é concorrente com as demais unidades da polícia territorial, não apontam para a situação que identifique violência preponderantemente dos crimes praticados em razão de cor ou raça.

Em todo o Estado de São Paulo, a partir de 2011 até a presente data, 110.017 pessoas — falando agora de pessoas desaparecidas, que também é um problema grave —, desapareceram no nosso Estado. Dessas, 93.199 retornaram de alguma forma.

Quanto à estatística que está sendo solicitada, cumpre esclarecer que, nesse período, 2.081 jovens negros desapareceram, o que representa aproximadamente 2% dos casos. E, desses, 1.286 já foram localizados e, havendo casos em que, obviamente, adveio-lhes a morte.

Causas de desaparecimento: crimes contra a liberdade, crimes contra os costumes, morte, prisão, desaparecimento voluntário, internação hospitalar em instituições de correção, envolvimento com drogas, inclusive álcool, depressão e motivos outros. Dos motivos relacionados, o maior percentual de desaparecimento é de voluntários, desaparecem por vontade própria. Às vezes, fogem de casa, da família, problemas sociais, etc.

A atribuição da unidade de inteligência à delegacia tem sido decisiva para o sucesso de inúmeros casos, além do monitoramento de telefonia móvel, um setor através do seu laboratório de arte forense promove a progressão das imagens dos desaparecidos, favorecendo o reconhecimento de pessoas, mesmo decorrido extenso lapso temporal.

Eles fazem um trabalho de envelhecimento da pessoa. É muito benfeito e, quando nós localizamos essas pessoas, às vezes, depois de anos, percebe-se que



nós chegamos muito próximo do que ela realmente se encontra após a localização da mesma.

Em relação à delegacia, cumpre informar que, com o propósito que vem ocorrendo com outras unidades do DHPP, realiza-se um trabalho de parceria com diversos órgãos públicos e privados, como já dito anteriormente: Ministério Público Federal e Estadual, aeroportos, companhias aéreas, rodoviárias, Polícia Federal, albergues, etc.

Lá no DHPP, na Divisão de Homicídios e de Proteção à Pessoa, há a seguinte filosofia de trabalho, como a própria diretora do DHPP me passou, e eu achei extremamente interessante, são palavras de Nelson Mandela: *“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor ou por sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender. E, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”*. Achei interessante.

Enfim, em São Paulo, comparado com o Brasil, de um modo geral, o índice de homicídios é aceitável pela ONU, que é de dez pessoas por cada 100 mil habitantes. Nós estamos em São Paulo com 9,65. Há um trabalho intenso das polícias, um trabalho social realmente também muito grande, que é preciso. O problema social no Brasil é grave, não adianta tamparmos o sol com a peneira. A educação é primordial, a cultura é primordial, para que nós realmente consigamos obter êxitos nos nossos propósitos.

Seria isso, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Ricardo Gambaroni, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

O SR. RICARDO GAMBARONI - Deputado Reginaldo Lopes, Presidente desta CPI, na pessoa de quem cumprimento todos os nobres Deputados aqui presentes, é uma honra a Polícia Militar do Estado de São Paulo estar presente aqui nesta Casa de Leis, participando deste evento. Exmo. Sr. Alexandre Moraes, o nosso Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo; o Dr. Youssef, meu amigo, Delegado-Chefe da Polícia Civil; meu amigo Rafael Valle, Defensor Público do Estado de São Paulo, eu preparei uma apresentação — os números vão ser



deixados aqui — que redundava alguma coisa que já foi falada pelo Youssef, e o Dr. Alexandre também vai enfatizá-la na sequência.

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeiro, este gráfico mostra o trabalho que já vem sendo feito a longo prazo pela Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Antes, perdoem-me, eu gostaria de agradecer ao Deputado Sergio Olimpio Gomes pelo minuto de silêncio, eu estava com isso também, pensando em pedir quando aconteceu. Desculpem-me, mas eu estou num momento de grande luto na minha instituição, porque, como Comandante-Geral, é uma obrigação institucional nossa participar dos funerais dos nossos policiais militares que morrem em serviço, e, infelizmente, isso ocorre abastança.

Este ano, estou há 6 meses no comando e já entreguei a bandeira brasileira dobrada à mão de esposas e pais de sete policiais militares; esse seria o oitavo. O soldado Leandro Casemiro deixa um filho de 5 anos, uma esposa grávida de 7 meses, pai, mãe e filho. Eu não vou poder participar lá, porque já tinha assumido o compromisso de estar aqui — o subcomandante está participando desse evento. Como o Olimpio falou, às 16h30min, ele estará sendo sepultado na cidade de Tietê. E, sempre que isso ocorre, um policial morre em serviço, defendendo a sociedade, defendendo a causa da justiça, da segurança pública, colocando o seu valor maior na linha e perde a sua vida no cumprimento de um dever, no momento do sepultamento, todos os policiais militares do Estado de São Paulo que não estão em atendimento de ocorrência param as suas viaturas, ligam os dispositivos sonoros e luminosos e prestam continência por 1 minuto, lembrando o herói que partiu.

Infelizmente, isso não traz de volta a dor e o sofrimento da perda. Eu tive a oportunidade, este ano, de ir até Juazeiro do Norte sepultar o soldado Leandro, que morreu também na linha de frente. A família quis sepultá-lo lá, e a gente compareceu para fazer o sepultamento, e a gente vê que cada policial, a partir desse momento, leva no seu peito, como a gente fala, na nossa farda cinza bandeirante, que representa as cores da bandeira do Brasil também, um pouco desses heróis que morreram na luta por uma sociedade melhor.

Então, eu agradeço ao Olimpio por esse minuto de silêncio, eu ia ficar muito constrangido de pedir aqui, a Casa não é minha, mas eu estava pensando nisso.



O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - A Casa é nossa.

O SR. RICARDO GAMBARONI - Obrigado, Olímpio. Eu me senti nessa obrigação, porque ele morreu defendendo a sociedade. Ele é pardo, isso não muda nada, é a sua cor de cútis, o que interessa é o sangue que corre nas suas veias, é tudo igual. E, no dia 18, também perdemos um soldado de cor negra, o soldado Elias Dias Brasil, do 36º Batalhão, que atuava fortemente no PROERD — Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. Para os que não conhecem, é um programa estadual de resistência a drogas, é uma atividade de prevenção primária, em que os policiais militares vão à escola, ensinam as crianças a resistir às drogas, a buscar boas atitudes, a praticar esportes, e esses policiais são exemplos.

O soldado Elias Dias Brasil, saindo do serviço, fez uma apresentação do PROERD. Haveria um evento do PROERD, e ele foi, na hora de folga, entregar alguns convites — ele trabalhava no 36º Batalhão de Polícia Militar, em Taboão —, e, em Embu das Artes, foi vítima de um latrocínio. Provavelmente a investigação está levando a esse caminho, que, quando foi identificado que era policial militar, sofreu um disparo na cabeça, e infelizmente resistiu bravamente, mas faleceu. Não foi em serviço, mas é como se fosse. Ele perdeu a sua vida. Ele é negro, mais um exemplo.

A nossa Polícia Militar não tem cor. Alguns números vão mostrar aí à frente, a nossa Polícia Militar não tem cor, não tem credo e não tem raça. Isso é uma coisa que está construída há muito tempo, com certeza. E eu acho que isso é a coisa mais importante para a gente transmitir para a sociedade.

Se me permitem, para quebrar um pouco — fiquei um pouco emocionado, lembrando desses fatos, até porque eu me sinto faltando com esse dever de estar presente no funeral desse herói —, uma vez, ainda capitão, uma revista que trabalhava sobre questões étnicas, na unidade em que eu trabalhava, veio me questionar o número de oficiais e policiais negros na instituição e da nossa dificuldade. Estávamos no bate-papo, e ele me perguntou assim: *“Ah, mas na academia entram poucos negros. Quantos negros têm na sua turma de academia?”* Eu não pude responder, porque eu não categorizo as pessoas como negro, branco, descendentes de italiano, japonês.



Na minha turma não tinha mulheres ainda, como na época do Olimpio. Homens e mulheres a gente fala, porque a gente sabe, porque elas têm alojamento separado, homens e mulheres a gente consegue até falar quantas mulheres são e quantos homens são numa turma de academia. Agora, negros e brancos?! Eu até falei um número para ele, mas eu tinha que pensar em cada um dos meus colegas de turma para pensar se eles eram negros, brancos, pardos, porque são pessoas. Isso que interessa para a Polícia Militar.

E a nossa composição étnica é muito próxima da composição étnica do Estado de São Paulo: são 38% de negros e pardos. No Estado de São Paulo, a Polícia Militar tem uma proporção um pouco menor, e eu até pedi para levantar isso ontem, a gente não tinha esses números, porque a gente não fica fazendo estatística disso. Isso não nos interessa. Interessa para a gente saber muito mais qual o tipo sanguíneo, porque eu posso depender do sangue de um companheiro no caso de eu estar ferido no cumprimento do dever. Agora, o sangue de um negro, de um branco, de um asiático, é o mesmo sangue, dependendo do tipo sanguíneo, o que interessa é saber se é O+ ou A-.

Então, desculpem-me, eu fiquei um pouco emocionado com isso, porque eu imagino que o Coronel Mesquita, meu subcomandante, em breve, vai entregar a bandeira dobrada para essa esposa ou para os pais, e a gente não tem o que falar. Quando a gente entrega uma bandeira e fala: *“Isso aqui é a prova, só um herói recebe isso, ele deu a sua vida, defendendo a sociedade”*, mas isso não vai trazer esse pai de volta.

A gente faz essa cerimônia fúnebre, que é muito triste, muito tocante, até para mostrar para os filhos, principalmente, para a família, que lá estava um herói, para deixar aquilo gravado, é o mínimo que a gente pode fazer.

Quando eu fui a Juazeiro do Norte sepultar o soldado F. Nascimento, a sua mãe e os seus 11 irmãos vieram me falar — quando ele foi para São Paulo, ficaram preocupados, embora os índices criminais em Juazeiro do Norte sejam muito mais elevados que na cidade de São Paulo — o quanto o Nascimento amava a polícia de São Paulo e que, com certeza, ele morreu feliz.

Essa é a mensagem que eu gostaria de deixar em termos do compromisso da polícia de São Paulo em relação à questão étnica, à questão também da mulher. A



Polícia Militar de São Paulo completou este ano 60 anos da policial feminina. Nós temos uma coronel negra comandando a região de São José do Rio Preto. Ela é muito reconhecida lá, é um marco na região, e ela não está lá por ser mulher ou por ser negra, ela está lá por ser competente na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Isso que nós vemos e temos orgulho de ter elementos de todas as etnias na composição dessa Instituição.

Mas vou voltar ao tema principal, eu prometo que os 11 minutos que me restam serão mais do que suficiente, posto que o Secretário também depois vai com sua eloquência complementar todos os dados.

Em relação a esse trabalho da redução da estatística dos homicídios, como o Youssef falou, hoje São Paulo está com o menor índice da sua série histórica 9,65 homicídios por grupo de 100 mil habitantes por ano. Esse não é um trabalho do dia para a noite, que se tira um coelho da cartola, é um trabalho que já vem desde a década de 90.

Em 1997 — isso é um trabalho conjunto das três Polícias, mas só para falar da Polícia Militar do Estado de São Paulo, o Capitão Augusto está fardado aqui nos honrando com sua presença —, a gente fez uma grande estruturação e colocou três premissas básicas na Polícia Militar que são pautadas desde então e trabalhadas em todos os cursos de formação: direitos humanos, polícia comunitária e gestão pela qualidade. Esses três elementos básicos permeiam todas as atividades da Polícia Militar.

Logo na sequência, foi implantado o Método Giraldi de Tiro Defensivo na Preservação de Vida, um método inovador de treinamento de tiro policial, para o policial preservar a sua vida e utilizar o armamento somente nos casos necessários. Hoje não há policial militar, civil, federal, rodoviário no Brasil que desconheça esse método que foi adotado pela Organização das Nações Unidas como método de referência de treinamento policial. Isso foi criado na década de 90, especificamente em 1996, implantado em 1997, treinado e aperfeiçoado até hoje.

Regularmente nós colocamos jornalistas para fazer o treinamento e podemos também fazer isso com Deputados — por que não? — para que eles vejam o treinamento e vejam o quão difícil é na hora em que o policial está negociando e os alvos são silhuetas que exemplificam um repórter com um microfone na mão ou um



marginal armado com revólver simulando que está atirando e, numa fração de segundos, o policial tem que decidir se atira ou não.

É um treinamento muito interessante. No último que nós tivemos, uma repórter matou dois jornalistas na pista. Ela ficou muito emocionada e mostrou qual é a dificuldade do policial em trabalhar. Mas esse método tem se mostrado muito esclarecedor e vem trazendo muitos benefícios, o que reflete também nos nossos indicadores.

Passando à frente para falar especificamente do tema, nós temos aí a questão do homicídio doloso no Estado, que, a despeito de ser o menor índice por grupo de 100 mil habitantes no País, ainda vem caindo. Aí estão os dados comparativos nos meses de janeiro a abril deste ano, comparado com o ano passado, que baixamos em menos 9,1% no Estado de São Paulo. Isso o Secretário vai abordar.

Na transparência seguinte, nós temos aí a questão da vitimologia, já diretamente no assunto, falando quando o criminoso homem e mulher e também a questão das vítimas.

Eu vou passar para a próxima transparência que fala especificamente da questão da cor. Segundo a raça e cor, com o uso de arma de fogo, e aí está o percentual das armas: 68% revólver ou pistola e outras armas; homicídios no Estado de São Paulo em relação à cor: 48% branca, 43% parda e 7% preta, isso aí proporcional referente à população.

Relação de antecedentes criminais das vítimas. A gente vê que muitas ocorrências dos crimes envolvem pessoas já com antecedentes criminais, brigas por drogas, muitas situações desse tipo.

Esse dado na sequência é o próprio estudo Juventude Viva, que foi divulgado esse ano, e mostra lá em cima São Paulo, que é o terceiro menor indicador. Aqui nós temos taxas de óbitos por 100 mil habitantes com o uso de armas de fogo. No geral, São Paulo é o menor, mas por arma de fogo perde para Florianópolis, Palmas e Boa Vista, que têm indicadores por arma de fogo menor, bem abaixo da média do Brasil.

Em relação à cor, como já foi falado aqui pelo Rafael, os números batem, são os mesmos números obviamente, na coluna da esquerda, 8,7 é a taxa de homicídios



de brancos por arma de fogo em relação a grupos de 100 mil. São Paulo é 8,7, enquanto no Brasil essa taxa é 11,8. E na coluna da direita, que trata da mesma em relação a negros e pardos, São Paulo, embora esse indicador seja maior proporcionalmente que brancos que é 12,2, como foi falado, está muito abaixo da média brasileira que é 28,5. Então, mostra que estamos fazendo a lição de casa em relação a homicídios em geral.

Naquela tabela, quando começou lá na frente — Deputado Eduardo Bolsonaro, obrigado pela presença —, o Estado de São Paulo ocupava a 25ª posição em 2002 e caiu para 5ª em 2012.

Outro dado muito interessante que a gente fica orgulhoso de ver que o trabalho das polícias tem trazido resultado, é que na relação das cem cidades com 20 mil habitantes ou mais com maiores taxas de homicídio na população total e jovem, não figura sequer uma cidade do Estado de São Paulo, o que mostra que as medidas estão sendo efetivas.

Em relação à vulnerabilidade juvenil, o Secretário vai expor, mas aqui só está a Região Sudeste, que é a menor do Brasil de vulnerabilidade. São Paulo, dentro da Região Sudeste, é o menor indicador de vulnerabilidade juvenil.

Só para comparar, enquanto aqui no Distrito Federal, um jovem tem 6,5 vezes chance de ser morto a mais do que um adulto, em São Paulo, é somente 50%, 0,5, enquanto que a média brasileira é de 2,5. São Paulo é 1,5, 50% a mais de vulnerabilidade do que um adulto. É o ideal? Não. Estamos continuamente trabalhando nesse sentido.

Mapa do Encarceramento. Esse trabalho realizado mostra que o encarceramento de jovens no Estado de São Paulo é um pouco superior à média brasileira. O encarceramento de negros aqui apontado, por mais paradoxal que possa ser, não tem relação, porque a gente mostra — e podemos ver — que não tem negro e branco na criminalidade, mas, sim, os atos realmente praticados. Em São Paulo está muito abaixo da média nacional que é a da direita. Brasil aparece em verde, com 32%, e, São Paulo é a metade, com 16%.

Dados importantes mostram porque a população do Estado de São Paulo tem crescido em 11,3%. A Polícia Militar não aumentou nesse tempo, até porque a gente acha que não tem que aumentar, e, sim, aumentar a eficiência do modelo, os



procedimentos mais céleres, mais ágeis, como a recente Resolução nº 57, passada pela Secretaria de Segurança Pública, em que muitas ocorrências policiais o policial militar não tem mais que se dirigir ao distrito para fazer apresentação. Isso aí traz uma eficiência maior da permanência do policial na área territorial que lhe é incumbida de trabalhar.

Isso mostra o aumento do número das intervenções da Polícia Militar em 2014: foram 35 milhões de intervenções no ano. Os senhores imaginam o que é o trabalho desses 93 mil homens e mulheres que compõem a Polícia Militar. Já estamos no final.

Presos e apreendidos pela Polícia Militar estão aumentando drasticamente. Vou fechar com essa transparência que é importante mostrar. Isso aqui mostra confrontos *versus* resultado morte. Aquela linha de cima vermelha subindo é o número de confrontos em que policiais vão atender uma ocorrência policial e os bandidos reagem com arma de fogo atirando. Isso tem aumentado drasticamente. A linha de baixo azul, embora ela oscile em altos e baixos, tem permanecido estável, aquela é resultado morte.

A despeito de o número de confronto ter aumentado drasticamente, não é incomum termos bandido com fuzis, com armas de grosso calibre atirando nos policiais, posto que o caso do Fernando, que eu fui enterrar em Juazeiro do Norte, foi tiro de fuzil na cabeça, tivemos também mais dois outros casos, um deles o do Casemiro, que está sendo sepultado agora. Eles estavam atendendo a uma ocorrência de roubo, em que os meliantes já dispararam assim que viram a guarnição e ele, por infelicidade, foi atingido no pescoço e teve uma lesão gravíssima que resultou em sua morte. Mostra que os criminosos estão cada vez mais ousados.

Nosso objetivo é o de diminuir o número de óbitos até entre os criminosos, porque a Polícia Militar sabe que na troca de tiro na rua há muita possibilidade de civis serem mortos. Os números de redução em São Paulo mostram que o nosso trabalho está sendo feito para aumentar a segurança para o cidadão.

A despeito disso, poderia falar que até o percentual de criminosos mortos em relação aos presos tem caído no histórico do nosso atendimento, mostrando a



eficiência do nosso treinamento. Essa transparência é a que mostra os dados, mas é a mesma, bem paralela àquela anterior.

A despeito de tudo o que fazemos, como toda a organização humana, nós não somos perfeitos. Temos policiais militares no nosso meio que podem não trabalhar da maneira correta, mas a nossa Corregedoria é forte e nós não escondemos os nossos números.

Aqui estão os números absolutos de policiais militares expulsos por ano e demitidos. São categorias diferentes. Nós cortamos na própria carne cada vez que um policial militar não apresenta os traços de caráter e não cumpre com os seus deveres. E as expulsões e demissões não se dão somente por casos extremos de brutalidade. As instituições policiais militares são muito rígidas na apuração disciplinar e, às vezes, casos até administrativos podem gerar isso.

Gostaria de, nesses 34 segundos que me restam, agradecer essa oportunidade.

Polícia Militar - Você Pode Confiar é o nome de uma campanha que estamos lançando no Estado inteiro, porque a maior parte dessas 33 milhões de intervenções é de auxílio ao cidadão. Só em viatura policial, no ano passado, fizemos 54 partos. É mais do que um parto por semana. Todo os dias estão nascendo crianças na mão de policiais militares que estão nas periferias apoiando o cidadão.

Muito obrigado, minhas senhoras e meus senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Comandante.

Passo a palavra ao Sr. Alexandre Moraes, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

O SR. ALEXANDRE MORAES - Boa tarde a todos. Eu quero inicialmente cumprimentar o Presidente da Comissão, Deputado Reginaldo Lopes, e a todos os Deputados presentes, Deputado Bacelar, Deputado Delegado Éder Mauro, Deputado Capitão Augusto, Deputado Jair Bolsonaro, Deputado Eduardo Bolsonaro, Deputado Orlando Silva, Deputado Goulart, Deputado Paulo Teixeira, Deputado Major Olimpio e Deputado Delegado Edson Moreira. Acho que eu não esqueci ninguém.



Quero cumprimentar também aqui meus companheiros de Mesa, meus amigos, o Defensor Público-Geral Dr. Rafael, Coronel Ricardo Gambaroni, Comandante-Geral da Polícia Militar e o Delegado-Geral Dr. Youssef.

Quero dizer, Presidente, da satisfação de poder comparecer aqui para tratar de um tema importantíssimo, de um tema que merece obviamente um cuidado especial, um tratamento especial, não só por parte da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, mas também por parte de todas as autoridades relacionadas à segurança pública, relacionadas às áreas de educação, às áreas sociais.

Quero trazer aqui para as Sras. Deputadas e para os Srs. Deputados, para todos — também quero cumprimentar o Deputado Baleia Rossi aqui presente — alguns dados importantíssimos de São Paulo, convertidos em números. Para não ser repetitivo, vou evitar tocar em algumas questões que já foram abordadas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em primeiro lugar, a desigualdade racial ou a vulnerabilidade juvenil e violência com desigualdade racial são ligadas aos homicídios em geral. Obviamente, são ligadas, mas não se confundem. Eu digo isso com absoluta tranquilidade aqui porque é algo que eu repito há 20 anos — vou entregar a minha idade, um pouco mais de 20 anos, até uns 22 anos — em todas as minhas aulas. Eu pergunto aos meus alunos da USP, da Faculdade de Direito Largo São Francisco, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, nos locais onde dou palestra, eu sempre pergunto: “O Brasil é um país racista? Há racismo no Brasil?” E há racismo no Brasil. E há o racismo talvez mais difícil de ser combatido, que é o racismo disfarçado, é o racismo envergonhado.

Obviamente, de geração para geração, o Brasil vem avançando no combate ao racismo, o Brasil vem avançando no combate geral a qualquer tipo de preconceito, o Brasil vem avançando no respeito à diversidade. Este é o primeiro ponto importante para qualquer agente público, qualquer autoridade pública: atacar de frente o problema de desigualdade racial — problema racial —, sabendo que há na sociedade brasileira. Não é uma questão de segurança pública isolada, não é uma questão de educação, não é uma questão só de cultura; é uma questão da sociedade brasileira.



Principalmente na área da segurança pública — falo aqui em nome do Governador Geraldo Alckmin —, em São Paulo nós estamos avançando em relação a isso, tanto na questão da diversidade, como foi colocado pelo Dr. Youssef, como na questão importantíssima do treinamento da seleção e do treinamento das polícias, como foi colocado pelo Coronel Gambaroni, com a inclusão já no concurso e depois nos cursos de preparação de direitos humanos, com o aperfeiçoamento dessas questões de direitos humanos, abrindo para a questão da diversidade, do racismo, do preconceito, para que na sociedade como um todo haja cada vez mais a diminuição de qualquer forma de preconceito — essa é a utopia de todos, o nosso sonho —, para que haja o expurgo de qualquer tipo de discriminação e preconceito no futuro.

O Estado de São Paulo vem mostrando ótimos resultados em relação a isso. Se nós pegarmos o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial, que foi feito pelo Ministério da Justiça, esses órgãos, veremos que São Paulo se destaca porque foi o menor índice do IVJ. Ou seja, se nós pegarmos não só a questão domicílio, mas todos aqueles índices que compõem a questão da vulnerabilidade juvenil, violência e desigualdade racial — como a letra está pequena, eu leio para vocês —, veremos que o de São Paulo é o menor dos índices. São Paulo está lá embaixo, com 0,2, enquanto o maior dos índices, Alagoas, está com 0,608, mais de três vezes, na questão do índice de vulnerabilidade juvenil e desigualdade racial.

Esse índice demonstra exatamente isso. A questão da vulnerabilidade — vulnerabilidade juvenil, vulnerabilidade racial — está ligada à questão dos homicídios. Por que isso? Porque o *ranking* desse índice, com pouquíssimas diferenças... O melhor classificado, que é São Paulo, e o pior, que é Alagoas, são exatamente os dois Estados que também estão nas pontas na questão de homicídio. O Estado de São Paulo terminou o ano passado com 10,06 homicídios por 100 mil habitantes. No Estado de Alagoas, são mais de 60, precisamente 64 homicídios por 100 mil habitantes.

São Paulo avançou nesse primeiro quadrimestre, conseguimos chegar a 9,65 homicídios por 100 mil habitantes. O nível aceitável pela Organização das Nações



Unidas e pela Organização Mundial da Saúde — o aceitável, obviamente, porque nenhum índice de homicídio é bom — é de 10 homicídios a cada 100 mil habitantes.

O Brasil como um todo tem hoje 27 homicídios por 100 mil habitantes. Se nós tirarmos São Paulo, que puxa para baixo essa média, o Brasil fica com 38 homicídios a cada 100 mil habitantes. E as duas pontas do homicídio são as duas pontas do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial.

Ou seja, tratando-se também da questão do homicídio, treinamento, melhor seleção, policiamento mais forte, os índices de homicídio caindo, naturalmente isso também cai. É óbvio que não são coisas absolutamente idênticas, mas um fator muito importante para essa queda é a queda também dos níveis de homicídio.

Aqui, um gráfico semelhante. Não é idêntico, como eu disse, mas esse é um dos critérios importantíssimos. Na questão do risco, agora só relativo a homicídio, o Estado de São Paulo está entre os três Estados com menor diferença entre o risco de um jovem branco ser morto e o risco de o jovem negro ser morto. Mas há essa diferença, e é importante a evolução para que essa diferença seja diminuída. Em São Paulo — aquele que está em azulzinho lá —, o risco de um jovem negro ser morto, ser vítima de um homicídio, é uma vez e meia o risco de um jovem branco.

Há dois Estados que têm uma avaliação melhor que São Paulo: Santa Catarina, que é 1,4, e Paraná, que é 0,7. O Estado do Paraná é o único onde há um risco maior de o jovem branco ser morto por homicídio do que o jovem negro. Por quê? Não faço a mínima ideia — é preciso perguntar ao Secretário de Segurança do Paraná —, mas é algo que chama à atenção.

Dentro disso se demonstra que, na questão de homicídio, nós temos, e isso é importantíssimo, dois grandes problemas. O primeiro grande problema é a idade e o segundo grande problema — e aí eu digo, pelo Estado de São Paulo, nesta ordem — é a questão da desigualdade racial. Por que o primeiro grande problema é a idade? Depois eu vou detalhar isso um pouco melhor. A idade que concentra mais homicídio é 19 a 29 anos. Nesses 10 anos, o jovem branco tem mais do que o dobro de chance de ser vítima de homicídio do que a média das pessoas que moram em São Paulo: 20,7 homicídios por 100 mil habitantes. A taxa de São Paulo é 9,65; a do jovem branco nessa idade, 20,7; e a do jovem negro, como é uma vez e meia a do jovem branco, 30,9.



Há, então, esses dois problemas. Existem esses dois problemas. Este é um problema geral no Brasil e um problema geral no mundo: a maior parte das vítimas de homicídio tem entre 19 e 29 anos. É muito alta a taxa de vítimas de homicídios. E aqui no Brasil se agrega a questão da desigualdade. Eu reforço novamente: o Estado de São Paulo está entre os três Estados onde essa desigualdade é menor: 1,5, São Paulo; 1,4, Santa Catarina; e 0,8, Estado do Paraná.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Secretário, repita só o dado relativo ao jovem negro em São Paulo. Trinta...

O SR. ALEXANDRE MORAES - Eu volto aqui...

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Só o número.

O SR. ALEXANDRE MORAES - A taxa do jovem branco é 20,7; e a do jovem negro, 30,9, porque é uma vez e meia a do jovem branco.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Obrigado.

O SR. ALEXANDRE MORAES - São Paulo, nos últimos 5 anos, de 2007 a 2012, em que foi feito esse trabalho em relação à violência e à desigualdade racial, continuou evoluindo. Na verdade, metade dos Estados, 14 Estados tiveram uma redução nessa diferença entre jovens brancos e jovens negros. São Paulo foi o terceiro a ter a maior redução. São Paulo teve redução de 18%. Dos três Estados que tiveram a maior redução, São Paulo já era o de diferença mais baixa, há 5 anos, 0,244, e houve a redução de 18%. Os outros dois Estados são Santa Catarina e Rio de Janeiro. Ou seja, há uma evolução.

É importante, e todos aqui sabem disso, têm ciência, mas é sempre bom repetirmos, a fotografia do momento, a demonstração dos índices — e, no caso, os índices paulistas são baixos em relação a isso —, mas é importante mostrar que há uma evolução, que, apesar dos índices baixos, há uma linha descendente, o que demonstra a continuidade do trabalho no Estado de São Paulo.

Essa evolução também decorre — a relação é muito próxima — da questão dos homicídios. Vejam: São Paulo, em 1999, tinha 35,27 homicídios por 100 mil habitantes, ou seja, quase o mesmo número que hoje tem o Brasil sem São Paulo. O Brasil tem 27 homicídios por 100 mil habitantes; como eu disse, sem São Paulo sobe para 38. Foi feito um trabalho de alteração de policiamento, um trabalho de melhoria de policiamento, um trabalho de alteração legislativa. O tripé da segurança



pública, fora toda a necessidade das questões sociais, educacionais, sempre deve ser: alterações legislativas mais eficazes, melhoria legislativa; cooperação entre os órgãos de segurança pública *lato sensu* — Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública —, entre os órgãos, os atores da segurança pública, e esse tripé se completa com treinamento, fortalecimento e melhoria de policiamento ostensivo, preventivo e investigativo.

Principalmente no caso de homicídios, o policiamento preventivo, em alguns locais que foram mapeados, desde 1999, como locais de alta incidência de homicídios, por causa de briga de bar ou por causa de biqueira de tráfico, é importante, mas também uma forte atuação da polícia investigativa, porque outro grande componente, que chega, em alguns momentos, a quase 30% dos homicídios, é o homicídio passional, que se combate com uma rápida investigação e com a prisão, para demonstrar que aquele que o praticou sofrerá a punição devida.

Nós, em São Paulo, fomos descendo, descendo, descendo e chegamos, como eu disse, em 2014, a 10,06 e, agora, em maio, a 9,65. Precisamos avançar? Precisamos, como o Brasil como um todo, mas já chegamos a um nível aceitável.

Para que os senhores tenham uma ideia, o Japão tem 0,9 homicídios por 100 mil habitantes, e o Japão não teve, no ano passado, nenhum homicídio com arma de fogo. Portugal também tem 1,4 homicídios por 100 mil habitantes. Os países europeus têm uma média em torno de 5 homicídios por 100 mil habitantes. As realidades são diversas, mas é importante mostrar que, se São Paulo conseguiu diminuir de 35 para 10 homicídios por 100 mil habitantes, os outros Estados também, tenho absoluta certeza, conseguirão.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Secretário, se eu entendi, no Japão, nenhum homicídio foi por arma de fogo?

O SR. ALEXANDRE MORAES - No Japão, a taxa foi de 0,8 homicídios por 100 mil habitantes, e, no ano passado, não houve nenhum homicídio por arma de fogo.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - *(Risos)* Vamos proibir a espada lá.

O SR. ALEXANDRE MORAES - Foi por catana. *(Risos.)*

Aqui, é importante também mostrar para as senhoras e para os senhores este gráfico, que é uma evolução agora não percentual, mas numérica, dos homicídios,



porque, quando dizemos que o índice de 34 homicídios por 100 mil habitantes caiu para 9,65, nós temos que verificar o seguinte: são vidas humanas.

Em 2001, houve 12.475 homicídios e, em 2014, mesmo com o aumento da população, 4.294. Hoje, o homicídio doloso, em São Paulo, não é a maior causa de morte dos crimes. Morre-se mais por questões ligadas a trânsito — acidente de trânsito, homicídio culposo. Às vezes, não se trata nem de crime, porque a própria pessoa causou a sua morte.

(Não identificado) - E latrocínio?

O SR. ALEXANDRE MORAES - Não, o índice de latrocínio é bem abaixo. São aproximadamente 350 latrocínios por ano.

Acidentes de trânsito nas estradas, pegando os números do ano passado, nos Municípios, resultam em 7.500 mortes. Vejam: o índice de homicídios caiu — foi caindo, caindo, caindo. Hoje, realmente, o grande combate, além de se continuar o combate ao homicídio, é o combate à morte no trânsito, tanto que, em todos os grandes feriados, nós fazemos grandes operações em todas as rodovias. Na última operação, que foi a Operação Corpus Christi, houve a redução do número de mortes, em relação ao ano passado, em 36% — houve 36% menos mortes do que no ano passado. Outra forma de também celebrar a vida é combater a morte nisso.

Lá, tem-se a fotografia, como eu disse a vocês. Em cima, está a fotografia; embaixo, a tendência. Comparando só o primeiro quadrimestre de cada ano com o quadrimestre deste ano, nós continuamos em queda, continuamos diminuindo o número de homicídios. Agora, em 2015, nesse primeiro quadrimestre, nós diminuimos em mais de 10% os homicídios em relação ao quadrimestre do ano passado, ou seja, voltamos à linha de descida, que havia se invertido um pouquinho no primeiro quadrimestre, não no ano como um todo, nos anos anteriores, e chegamos ao menor número de homicídios da história do Estado de São Paulo, desde que, obviamente, se faz a linha histórica, a série histórica.

Aqui, foi já explanado, mas é importante colocar rapidamente: a vítima de homicídio é basicamente o homem, o homem jovem, mas, basicamente, o homem, assim como o agente criminoso, em todos os delitos, é basicamente o homem. Então, o homem é mais vítima e é mais agente também. Ou seja, o homem é o grande problema do Direito Penal.



O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Por isso, a ideologia de gênero deste Governo.

O SR. ALEXANDRE MORAES - Aqui estão as vítimas de homicídio segundo a raça ou a cor. Nós todos sabemos que a raça humana é uma raça só. A Constituição ainda trata a questão de raça, porque é de 1988, antes do Projeto Genoma, mas, no clássico *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal, isso foi muito debatido em relação ao racismo ser aplicado também a judeus e, depois, o Supremo o estendeu a índios também. Lá se discutiu que a raça é uma só. Mas nós vamos usar a terminologia legal, a terminologia que permanece na Constituição e na legislação.

Nós temos vítimas de homicídios 48% brancos, 39% pardos e 9% negros. Então, são 48% brancos e 48% negros, no total. É importante colocar, até em virtude daquele outro dado, que aqui é a taxa geral, não só de jovem. O jovem negro tem uma vez e meia mais chance de ser vítima de homicídio do que o jovem branco. O negro tem um pouco mais, não chega a uma vez e meia, mas tem um pouco mais. “Ah, mas não são 48% a 48%?!” Sim, mas o percentual de pardos e negros é menor na sociedade, nos paulistas como um todo, os que moram em São Paulo, que o de brancos. Então, apesar de o percentual de vítimas ser idêntico, numericamente, como há mais brancos, acaba havendo percentualmente mais vítimas negras.

Agora, sim, temos o número de vítimas de homicídio segundo faixa etária. Nós pegamos o ano de 2014, o ano fechado. Vocês percebem que, a partir de 15 anos, o número começa a aumentar. Na verdade, a partir de 18 ou 19 anos começa a subir. O ápice é a partir de 19 a 25 anos — aí sobe mesmo —, mantém-se até 29 anos e começa a cair a partir de 30 anos.

Então, a grande massa de vítimas de homicídios se dá, segundo esse gráfico, entre 19 e 29 anos; a partir de 15 anos, sobe e, a partir de 29 ou 30, começa a descer, o que mostra que esse também é um grande problema. Eu volto a insistir: não é um problema brasileiro só, é um problema mundial essa faixa etária. Essa faixa etária é realmente a mais vulnerável.

Aqui, o gráfico de vítimas de homicídio segundo a raça. Eu também fiz questão de trazê-lo para vocês. Se nós pegarmos os de 15 anos, quando o número começa a subir, até 29 anos, quando o número começa a descer, nós vamos



perceber que, de 20 a 24 anos, de 25 a 29 anos e aí até de 30 a 34 anos, há uma proximidade muito grande em relação a brancos e negros. Faço aquela ressalva da diferença percentual na população como um todo, mas há essa proximidade compensatória entre uns e outros.

Agora, de 10 a 19 anos, há uma diferença muito grande em relação à raça negra. Então, aqui é um ponto importante de análise. Nós analisamos. Não há ainda uma conclusão. É importante que todos aqueles que militam na área atentem para isso. Em relação à vulnerabilidade juvenil — o pico da vulnerabilidade juvenil é entre 19 e 29 anos —, há um equilíbrio entre negros e brancos. Mas, em relação à vulnerabilidade juvenil de 10 a 19 anos, há uma diferença muito grande entre brancos e negros. Vejam que o gráfico demonstra isso. Enquanto o restante é mais ou menos idêntico, se se puxar isso um pouquinho, a vítima de homicídio mais adolescente e até criança — aqui é desde 10 anos —, negro de 10 a 19 anos, chegando a 19 anos, é mais vulnerável do que o próprio adolescente negro mais velho.

A partir dos 35 anos, inverte-se a vítima de homicídio. A partir dos 35 anos, a incidência de homicídio é muito maior em vítima branca. Aí há uma inversão. Mas, numericamente, é de 19 a 29 anos o grande número de homicídios. É por isso que, no geral, dá aqueles 48% a 48% — 48% de cada um.

Para encerrar e não cansar os senhores, também em 2014, em São Paulo, diferentemente do Japão, 56% dos homicídios foram praticados com arma de fogo. Então, em São Paulo, em mais da metade dos homicídios, acabou a execução sendo com arma de fogo; 17%, com armas brancas; 1%, com outros, machado, etc.

É importante colocar que, ainda em São Paulo, que reflete o Brasil também, é a arma de fogo. Eu não o trouxe, mas há esse dado em levantamento da UNICEF, em relação a jovens. O percentual de armas de fogo no Estado de São Paulo ainda é um dos mais baixos do Brasil. Ou seja, há ainda mais do que 50% em outros Estados, onde predominantemente é arma de fogo.

Isso nos faz analisar a questão da absoluta facilidade de adquirir uma arma de fogo no Brasil e a absoluta facilidade de entrarem pelas fronteiras armas de fogo, sejam fuzis, para a grande criminalidade, sejam, lamentavelmente, revólveres que



nós fabricamos, revólveres 38 Taurus, que vão para o Paraguai para ser vendidos e voltam como contrabando.

Há necessidade — eu insisto sempre nisso —, urgente, de o Brasil policiar suas fronteiras, fronteiras terrestres e fronteiras aquáticas, seja — e há uma proposta que eu encampo já; eu a levei à Câmara e vou levá-la ao Senado — ampliando a Polícia Federal, para que ela não só realize o papel de polícia judiciária da União, o equivalente à Polícia Civil nos Estados, mas também tenha o seu braço de polícia ostensiva e preventiva de fronteiras, semelhante à guarda costeira, seja criando uma polícia para isso, porque eu posso afirmar aos senhores que as nossas fronteiras estão absolutamente desguarnecidas.

Na quarta-feira passada, num trabalho de investigação do DENARC em São Paulo de 2 meses e meio, nós apreendemos 14 toneladas 149 quilos de maconha numa carreta gigante, coberta por soja, que veio do Paraguai por Mato Grosso e chegou até São Paulo. Nós a esperamos chegar a São Paulo para efetuar a prisão não só desses traficantes que chegavam, como também daqueles que esperavam a droga para vendê-la. Uma semana antes, a Polícia Militar tinha apreendido 3 toneladas e 400 quilos também de maconha vinda do Paraguai.

Ou seja, a nossa fronteira hoje é um queijo suíço também em relação às armas; por isso, essa grande quantidade de armas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, esse é um panorama geral, que mostra que nós, em São Paulo, sob as ordens e o comando do Governador Geraldo Alckmin, desde 2001, quando assumiu o primeiro mandato — assumiu o segundo, voltou no mandato passado e agora —, temos a segurança pública, a questão dos homicídios, a questão da letalidade, a questão do homicídio do jovem como uma prioridade absoluta. Nós mostramos: o retrato é bom. E o retrato pode melhorar, porque todas as tendências vêm melhorando.

Espero que eu possa ter contribuído com esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu sou um fã da Câmara dos Deputados, não só porque sou professor de Direito Constitucional, mas também porque a Câmara dos Deputados me elegeu para o Conselho Nacional de Justiça — CNJ, no seu primeiro mandato, quando se criou o CNJ, de 2005 a 2007. Então, obviamente, eu sempre serei grato a esta Casa.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Inclusive, Secretário, fui seu eleitor. Votamos no senhor para ser o nosso representante.

Acho que foi importante a vinda dos gestores do Estado de São Paulo, primeiro porque o Estado de São Paulo tem uma população com um percentual maior de brancos e um percentual maior de homicídios em relação a jovens negros e pobres. É verdade que o Estado de São Paulo está dentro das taxas. Nós sonhamos aqui, Secretário, em pactuar um plano de metas para que o Brasil como um todo reduza nos próximos 10 anos essa taxa para o que eu chamo de um dígito, para a taxa “aceitável” — deveria ser zero —, a taxa aceitável pela ONU e pela Organização Mundial da Saúde.

Na população em geral, a taxa do Estado de São Paulo está dentro da meta, mas, com o recorte por idade e racial — temos que concordar —, a sua taxa ainda é gritante, porque 30,9 é uma taxa estarrecedora para o País. Não podemos conviver com essas taxas. É verdade também que a sua é a metade da taxa do Brasil. É importante dizer que o Brasil tem uma taxa de quase 60 homicídios para 100 mil habitantes. Então, São Paulo tem a metade da taxa nacional, o que é muito bom perante a realidade nacional do País, mas não perante a necessidade do País.

Então, é evidente que isso reforça que um plano e um pacto — inclusive o Governo tem discutido com os senhores — de enfrentamento do homicídio tem que levar em consideração território, idade, a questão de gênero masculino e também a questão racial. Esses são os indicadores colocados. Isso é científico.

Há outro indicador que o senhor colocou muito bem aqui e nós temos que compreender. O senhor colocou que, de 10 a 19 anos, aumenta a vulnerabilidade dos jovens negros, das crianças e adolescentes. No Mapa da Violência, há outro indicador muito interessante. Até 12 anos, Deputado Paulo Teixeira, é assassinada 1 criança branca e 1,3 criança negra a cada 100 mil habitantes. Quando se começa a aplicar a questão do ECA, a idade infracional, começa a haver uma distorção enorme do ponto de vista da cor no País, da questão racial. E, quando acaba a proteção do ECA, ocorre o pico do assassinato.

Depois eu quero até pedir um recorte aos estudiosos do Mapa da Violência: qual é o percentual. Pelos estudos que eu vi aqui — dei uma olhada no mapa da



apresentação do Secretário —, parece que chega a ser 57% no Estado de São Paulo. Eu não sei qual é o percentual no Brasil, mas é importante saber. Na verdade, os jovens são assassinados de 19 a 22 anos. Fica ali de 19 a 25 anos, mas acho que concentra mesmo a morte em 19 anos. O pico mesmo, no Brasil, ocorre aos 19 anos. São perguntas. É evidente que eu não tenho aqui respostas. Isso faz parte do trabalho desta CPI e nós vamos ter que estudar um pouco.

Então, nesse sentido, eu vou fazer aqui quatro perguntas que eu tenho feito, pela Mesa, a todos os gestores. Ao comandante eu vou perguntar sobre o ciclo completo — eu sei a sua opinião; já conversamos em *off* aqui, estávamos falando um pouco sobre isso —, a importância do ciclo completo, no sentido de melhorar a eficiência dos agentes de segurança; ao Secretário, sobre a questão do Estatuto do Desarmamento, porque ele falou um pouco sobre isso, citando o Japão, e sobre a questão da maioridade penal, se tem uma opinião, o que acha; e a questão da integração das polícias, na opinião da Mesa. Era isso.

Eu quero passar a palavra para os demais oradores.

O SR. ALEXANDRE MORAES - Sr. Presidente, eu não sou Parlamentar, mas posso fazer um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Lógico, concedo-lhe um aparte.

O SR. ALEXANDRE MORAES - Dá para colocar a apresentação de novo ou não? *(Pausa.)* É só para esclarecer a questão da taxa de homicídios de jovens brancos e negros, pois é importante essa questão.

(Segue-se exibição de imagens.)

São Paulo, em relação aos jovens negros, tem 30,9 homicídios por 100 mil habitantes. É o que eu disse da questão não só racial, mas da juventude, da idade.

A média no Brasil é de 70,8 jovens negros mortos por 100 mil habitantes, ou seja, é mais do que o dobro. No Brasil inteiro, só há um Estado que tem uma média melhor do que a de São Paulo em relação a jovens negros, que é Santa Catarina, e mesmo assim muito próximo: 29,3 jovens negros por 100 mil habitantes. Mesmo o Paraná, onde as vítimas de homicídios são mais de brancos do que de negros — 0,8, na questão do jovem negro —, também há essa inversão só que é de 47,1 homicídios de jovens negros.



Obviamente, nós precisamos melhorar nisso, mas São Paulo tem a melhor média de homicídio geral e a segunda melhor média de homicídios de jovens negros. Há Estados — e com isso eu encerro, Sr. Presidente — que tem 126 homicídios de jovens negros por 100 mil habitantes. O recorde de homicídios em geral é de 166, em Alagoas. E aquela questão que eu disse para vocês está absolutamente ligada.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passo a palavra ao primeiro orador, Deputado Delegado Éder Mauro. Depois, é o Deputado Delegado Edson Moreira, o Deputado Paulo Teixeira e o Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Obrigado, Sr. Presidente, por ter sido o primeiro, eu nem sabia que estava inscrito.

Sr. Presidente, senhores convidados, Srs. Deputados...

(Não identificado) - Ele não estava inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Ele pediu ao Robson, que me trouxe a primeira inscrição, que era do Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Mas eu posso ceder a ele, não tem problema.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu gostaria de ceder a minha vez ao Deputado Orlando Silva, em deferência ao tratamento que eu tive ontem no Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu agradeço.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Pode inverter a minha vez com o Deputado Orlando Silva, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, vou aproveitar a gentileza impressionante do Deputado Edson Moreira, pois eu quero fazer uso da palavra, quando da vez cedida pelo meu carinhoso colega.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Se for por questão de ordem, eu não estou na frente e cedo a vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pela inscrição, o primeiro pedido é do Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Obrigado, Sr. Presidente.



Em primeiro lugar, eu quero parabenizar toda a comissão da área de segurança pública do Estado de São Paulo, pelo excelente trabalho que vocês têm demonstrado, do ano passado para cá, com essas diminuições nos índices de mortes e com o trabalho que as Polícias Militar e Civil têm feito no Estado de São Paulo.

Eu, na verdade, quero fazer alguns comentários e uma única pergunta. Esta Comissão, senhores convidados, quando foi instalada, ela teve o objetivo de podermos identificar — e eu quero crer que sempre seja esse o objetivo — as causas das mortes da juventude neste País e que, por acaso, foi complementada de jovens negros e pobres.

Eu sempre que inicio costumo dizer, pelos poucos 30 anos que vivi na rua fazendo polícia, que tudo o que eu vi, aprendi e presenciei no humilde Estado do Pará foi que a nossa juventude tem morrido pela questão da desagregação familiar no País e da falta de políticas públicas da União e dos Estados, entre questões de esporte, de educação ou em tempo integral ou de nível, para que a juventude possa aprender valores corretos. A consequência da falta dessas duas coisas, com certeza, tem levado a juventude que não tem nada de estrutura familiar ao crime, às drogas e, conseqüentemente, à morte.

Nesta Comissão, a gente tem tido alguns colegas, cujo posicionamento eu respeito. Mas, sinceramente, não concordo com alguns deles que querem colocar na Comissão que existe no País um genocídio, que as polícias brasileiras são treinadas e criadas para matar, com racismo e que, entre outras coisas, nós temos um racismo institucionalizado.

O colega Comandante da Polícia Militar de São Paulo, em uma de suas colocações, disse que, quando foi indagado por uma determinada pessoa sobre quantos negros havia na sua turma, ele não saberia dizer e teria de verificar exatamente cada colega para poder definir. Isso prova que não existe, dentro da pessoa e dentro da instituição, a questão do racismo.

Como o colega disse, nas polícias existe sangue, sangue policial, e as polícias têm que treinar sim, têm que treinar para se defender e para defender a sociedade.



Então, a meu ver, não existe a questão nem de genocídio, nem de racismo. As frações de segundos que foram tratados para que um policial decida... Inclusive, teriam dito que uma repórter, quando foi colocada à prova, acabou matando dois outros colegas pelas silhuetas.

Os dados colocados pelo Secretário de Segurança dizem que, no Estado de São Paulo, 48% das mortes são de brancos, 39% de pardos e apenas 9% de negros. Esse é um demonstrativo do maior Estado, inclusive na questão populacional, que, a meu ver, agrega todos os maiores problemas de que se possa ter conhecimento de que não existe racismo. O povo brasileiro não é racista, as instituições policiais não são racistas, de maneira alguma, em que pese termos de punir e dizer que existem os casos isolados, não só na questão do racismo, mas na questão de gênero também. Mas as nossas polícias — e eu vivi isso lá — não são racistas.

Esses dados colocados pelo Secretário de Segurança e por toda a comissão da Segurança Pública do Estado de São Paulo demonstram claramente isso, só se perde para Santa Catarina. Mas, se nós formos pesar as questões, como alguns questionam, de cor e de habitação, o Estado de Santa Catarina é eminentemente branco, em São Paulo, a maior população é branca, mas o resto do Brasil, o Brasil como um todo, é eminentemente de cor negra. Os estudos colocados por alguns aqui, pelos primeiros palestrantes e cientistas, por pesquisa, agregaram a cor parda ao negro para definir o negro. Por isso, nós temos sim a questão da cor negra e do pobre como o maior quantitativo dentro desse País e, por isso, nós temos essa situação. Quero sim dizer que o que tem levado a nossa juventude à morte são as três coisas que coloquei.

Por isso, quero fazer a pergunta ao colega e Secretário de Segurança. Foi colocada a questão dos percentuais dos negros, dos brancos e dos pardos. Foram colocados também os percentuais por idade. Mas seria muito importante, não para mim, Secretário, porque tenho os meus convencimentos, mas eu quero, mais do que ter o convencimento, poder fazer com que os colegas entendam a realidade do que está acontecendo, e a gente possa ir exatamente à causa para diminuir o que está gerando no Brasil a morte da nossa juventude de ontem, de hoje e dos que virão.



Eu queria saber exatamente, de todos esses percentuais, quais foram — e vou tentar fazer isso no Estado do Pará — as causas de morte dessa juventude. Das que foram identificadas, quais foram as causas? Se foi envolvimento com crime e com droga, se foi questão de racismo, se foi questão de gênero, se foi questão passional. Se o senhor tiver em mãos, eu gostaria de saber as causas, para que a nossa Comissão possa ter exatamente o melhor entendimento da questão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Deputado Delegado Edson Moreira a gentileza de permitir...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Foram convidados a um restaurante simples, popular, no Jardim São Luís, chamado Feijão de Corda, e isso tocou o coração do Delegado Edson Moreira. Cada um pagou a sua conta, num valor módico.

Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pela audiência pública, cumprimentar todos os convidados do comando da segurança pública de São Paulo e registrar minha satisfação, como falei no início, do contato que fiz com o Secretário Edson Aparecido, e ele com o Governador. O Governador se colocou à disposição, inclusive para receber presencialmente os membros da CPI, e, na ausência dele, o Vice-Governador recebeu. Eu considero que é um espírito colaborativo, republicano, correto. Tenho orgulho de ser deste Estado em que o Governo, em que pese ter uma diferença política com o Governador, partidos de campos diferentes, tem atitudes corretas no relacionamento com instituições políticas do Brasil.

Um segundo registro, o que é digno de nota e é importante para a gestão pública, é o acesso aos dados e à informação. Infelizmente, não são todos os Estados do Brasil em que é possível acessar as informações, os dados para o bem ou para o mal. Eu sei que os senhores devem viver questionamentos. Neste momento, por exemplo, eu sei que, nos primeiros 3 meses, houve uma elevação do número de homicídios no Estado de São Paulo, e isso é objeto de questionamento.



Mas é importante que seja feito assim, é importante que a sociedade tenha o acompanhamento dos dados, dos números, de modo que possa haver o mesmo controle social da gestão pública.

Então, eu considero que aqui, nesta CPI, requeremos muitos números e, muitas vezes, não só a metodologia é discutível, como os dados ofertados são questionáveis. Isso atrapalha a elaboração da política pública e a nossa fiscalização, como órgão do Poder Legislativo que tem essa função.

Feito esse registro, eu quero voltar a comentar com os convidados o foco desta CPI. Esta CPI tem um foco, ela tem um objeto definido. Pelo Regimento da Câmara, uma Comissão Parlamentar de Inquérito só pode ser estabelecida a partir da definição de um foco específico. Eu vou ler para os colegas, para rememorar. O foco é: *“apurar causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil”*.

Digo isso porque, no conjunto de informações que foram ofertadas — e são todas elas muito úteis —, a CPI tem que se debruçar sobre o foco que ela possui, que é um determinado recorte. Nós não vamos investigar a violência no conjunto da sociedade brasileira, nem é foco da CPI estudar os números exclusivamente de São Paulo, mas do Brasil. A decisão da CPI foi convidar aqui os Estados que têm a menor incidência de violência sobre jovens, negros e pobres e os Estados que têm a maior incidência de violência sobre jovens, negros e pobres, para buscar encontrar as razões que levam aqueles números elevados, escandalosos muitas vezes, em números reduzidos, porque é relevante para que a gente possa encontrar caminhos para o enfrentamento dessa violência brutal que atinge a juventude brasileira.

Eu digo isso para nós termos clareza sobre qual é o foco e qual é o papel da representação de São Paulo, à luz do conjunto de números que São Paulo traz aqui. Eu considero que a observação que nós fazemos sempre aqui é que o nosso trabalho deve ter alguns recortes, para que nós possamos alcançar o sucesso.

O primeiro recorte, evidentemente, é juventude. E é dado que, mesmo num Estado como São Paulo, que, no conjunto do País, tem números abaixo da metade da violência, o recorte etário é relevante. Também é o recorte social, socioeconômico, que se reflete no território ocupado por essa população. Se olharmos o mapa da violência, mesmo em São Paulo, vocês vão poder perceber que



há território em que a expressão dessa violência é maior. Evidentemente há um cruzamento do território com o extrato socioeconômico, assim como com a questão de gênero, que é importante: são homens. A esmagadora maioria que está no foco dessa violência é de homens.

Eu considero — e aí eu queria começar a ouvir os membros da Mesa, pode ser o Secretário ou qualquer um dos comandantes, primeiro, dialogando com o colega que falou agora há pouco — 70,8 para cada 100 mil habitantes uma barbaridade. É uma barbaridade 70,8 homicídios para cada 100 mil habitantes! Usando a referência do Secretário de que as Nações Unidas apontam como civilizado, tolerável, abaixo de 10, em que pese todos nós ficarmos indignados com ele, 70,8 é uma barbaridade, sim! E nós temos que colocar luz sobre esse número. Não podemos pegar o número de Santa Catarina ou do Paraná e tratá-los como se fosse a realidade da juventude no Brasil, porque não é a realidade. Ou queremos ocultar a realidade? Nós temos que olhar a vida como ela é. Se há Estados que têm indicadores melhores, bem. E que melhorem os indicadores. Se há Estados que têm indicadores escandalosos, que enfrentemos a realidade como ela é e não a ocultemos.

Eu gostei da maneira muito positiva e a franqueza com que o Secretário de São Paulo colocou, porque 30,9 é um número alarmante. Basta contrastar com os números do Estado, que estão no patamar da ONU. Basta contrastar com os números gerais do Estado, que estão no patamar na ONU! Ou nós devemos tratar de modo genérico ou não é razoável que nós foquemos de 10 a 19? Não é razoável que nos preocupemos com de 19 a 29 e demos tratamento diferenciado a essa população?

Esse é o debate que a CPI provoca. É este o intuito da Comissão Parlamentar de Inquérito: colocar um foco. Quando eu participo dos debates na Comissão sobre a redução da maioria penal, um dos fatores que critico, na medida em que defende a redução da maioria penal, é que ela não tem foco. A redução da maioria penal pode incidir sobre crimes contra o patrimônio, pode incidir sobre crime de tráfico de drogas, como também sobre homicídios. O foco é necessário para que nós possamos dar o devido tratamento àquele núcleo de jovens que



cometem crimes contra a vida, que sim devem ter um tratamento diferenciado. Por isso, o debate da reforma da maioridade penal, do meu ponto de vista, deve ter foco.

Eu quero registrar que é corajosa a afirmação do Secretário, quando assume que os dados de São Paulo têm tido evolução positiva, mas os dados sobre a vulnerabilidade juvenil são dados graves. E eu queria que o Secretário comentasse que medidas têm sido adotadas para que o tratamento focal seja feito para esses segmentos etários, já que evidentemente há uma diferenciação de 19 a 29, sobretudo. Então, eu gostaria de conhecer as informações do Estado de São Paulo.

Tenho mais duas questões apenas, Sr. Presidente. Eu tenho uma preocupação e queria saber a opinião do Secretário sobre o nível de letalidade das ações policiais e como é tratado esse nível de letalidade por parte da política de segurança pública do Estado de São Paulo.

E quero saber informações, se disponíveis elas estiverem, Secretário, com relação aos processos com começam ou deveriam começar, a partir do registro de autos de resistência. Se há dados que apontem, a partir dos autos de resistência, quantos são convertidos em inquéritos; e, desses, quantos são convertidos em processos; e, desses, quantos são convertidos ou se chegam à fase final de julgamento.

Há um projeto de lei nesta Casa que debate essa matéria, de autoria do Deputado Paulo Teixeira, que é um tema que o Presidente Eduardo Cunha se comprometeu inclusive a colocar na pauta. E eu considero que São Paulo, que talvez seja um dos Estados que têm dados mais confiáveis para análise das estatísticas ligadas à segurança pública e pode abrir caminho para que nós possamos medir a densidade dessas informações e a necessidade de pôr fim, que é a minha convicção, aos autos de resistência.

Agradeço ao Presidente. Não vou fazer o debate hoje, o que faço em todas as sessões, por economia processual, porque o meu tempo já se foi, com relação à existência de racismo no Brasil. Francamente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 20 de novembro de 1995, eu estava presente aqui, declarou, como expressão do Estado brasileiro, que há racismo no Brasil, que se expressa em vários planos: no plano da economia, no plano social...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu acho que deveria respeitar, independente do ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Está garantida a palavra ao Deputado Orlando.

Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, independente do ponto de vista que se tenha sobre qualquer matéria, penal ou política, há que se respeitar a opinião de quem fala e de quem defende.

Portanto, pelos dados da economia brasileira, no mesmo serviço exercido por brancos e negros, o negro tem tratamento diferente. E está evidente, pelos números aqui, que a violência se abate sobre a população negra de modo desproporcional, sobretudo em determinadas faixas etárias. Portanto, não é o caso de fazer um debate. Evidentemente que a raça não é um conceito biológico, isso ficou para trás há décadas. Raça é um conceito cultural. A identidade cultural, a identidade racial existe, porque existiu, durante quatro quintos da história do Brasil, escravidão — escravidão a partir de identidade racial que artificialmente se impôs à força de um sobre o outro. Isso produziu danos sociais e econômicos brutais e produziu sim identidade cultural e a seletividade em vários planos a partir da cor da pele — como nos Estados Unidos é a partir da origem, no Brasil é a partir da cor da pele. Mas não farei esse debate aqui, porque não cabe, é um debate mais sociológico, antropológico e político do que o foco desta CPI.

Cumprimento, Sr. Presidente, e agradeço a participação de todos. Cheguei aqui, às 14h30min, pontualmente, porque preciso sair às 17 horas. Vou tentar aguardar os comentários dos convidados e, na sequência, vou me retirar da reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Inicialmente, eu quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente. Parabéns pela condução desta Comissão! Quero cumprimentar os meus nobres colegas, o querido Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Professor de Direito Constitucional Alexandre Moraes, brilhante professor, e dizer da importância da sua fala nesta Comissão. Quero cumprimentar também o Defensor



Público-Geral de São Paulo, Dr. Rafael do Valle Vernaschi, o Comandante-Geral da PM, Ricardo Gambaroni, e também o Delegado-Geral da Polícia Civil de São Paulo.

Eu quero, Sr. Presidente, primeiro, sugerir uma condução metodológica. Eu acho que nós deveríamos tentar saber por que estão morrendo esses jovens? Quais são as ocorrências que levaram à morte esses jovens? Eu tenho uma hipótese e acho que, na conclusão, nós tínhamos que trabalhar essa hipótese. Eu gostaria de sugerir isso a V.Exa., para comentar posteriormente.

O segundo tema é o seguinte: quando o Secretário Alexandre Moraes coloca o comportamento da diminuição de homicídios em São Paulo, ele coloca que houve uma queda de 99 para agora. Essa queda era de 39 homicídios para 100 mil habitantes, passou para 10 homicídios para 100 mil habitantes e agora diminuiu para 9,75. E V.Sa. coloca que essa é uma média aceitável pela ONU, mas também mostra uma incidência baixa de homicídios em alguns países do mundo. V.Sa. pode ser aquele que continue a baixar esses índices de homicídio, no comando da Secretaria Pública. Então quero desejar, nesse aspecto, sucesso nesta tarefa.

O segundo aspecto é repassar também a grande enormidade de morte de negros, mesmo no nosso Estado. É uma média alta, ainda que seja metade da média brasileira, são — se não me engano — 30,9 para cada 100 mil habitantes.

O SR. ALEXANDRE MORAES - Isso entre 19 e 29, jovens. Não é o geral.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Entre 19 e 29. Ainda que seja a metade da média nacional, ainda é uma média alta para o nosso País.

Também quero desejar sucesso — V.Sa. tem, se não me engano, 6 meses de mandato como Secretário de Segurança Pública — para que nós consigamos baixar também esse nível de homicídios.

A terceira questão que eu quero colocar para V.Sa.: é muito alta a letalidade policial no Brasil, nós perdemos 6 jovens por dia no nosso País, mortos pela polícia.

No Estado de São Paulo, houve dois esforços. No primeiro esforço, o Secretário Fernando Grella baixou um decreto, dizendo que não se poderia mexer com o corpo da vítima. Isso parece que provocou naquele momento uma diminuição dos homicídios. E atualmente me pareceu — eu li nos jornais — que V.Sa. também tinha uma normativa nesta direção. Eu gostaria de saber de V.Sa. como baixar a letalidade da ação policial. É uma letalidade alta no nosso País, comparativamente



com outros países. É muito importante baixar a letalidade policial. Ainda que nós também nos comovamos com a morte de policiais, mas nós nos comovemos igualmente com a morte de civis. Então é fundamental que nós baixemos os dois índices de letalidade.

Por fim, eu gostaria de saber a opinião de V.Exa. em relação ao desarmamento e em relação à diminuição da idade penal.

O Deputado Reginaldo Lopes disse que nos jovens que ainda estão sob o ECA é bem menor a vitimização, ainda que seja alta, de 10 a 18, e que, quando vem para 19, explode a letalidade desses jovens. Então eu gostaria de saber a opinião de V.Exa. em relação a esses dois assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Paulo Teixeira.

O próximo orador é o Deputado Major Olímpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas que acompanham esta CPI, em primeiro lugar, quero cumprimentar as autoridades públicas de São Paulo que aqui estão: meu amigo Dr. Youssef, Delegado-Geral; Dr. Alexandre Moraes, Secretário de Segurança Pública; meu amigo de luta de muitos anos Ricardo Gambaroni, Comandante-Geral; Dr. Rafael.

Quero cumprimentá-los pela grande contribuição que estão dando a esta CPI. Quando eu vim para esta CPI — e muitos Deputados ditos da bancada da bala, e é melhor ser da bancada da bala do que ser da bancada da mala, que tem uma grande maioria hoje nesta Casa —, nós viemos porque já existia um resultado pronto: quem mata negro pobre na periferia é a polícia. Alguns partidos políticos chegaram a colocar nos seus programas algo em relação a isso e saem dizendo por aí como se fosse uma verdade. No momento em que as nossas autoridades aqui vêm e trazem o dado — e o dado é irrefutável —, vão mostrando exatamente que a polícia e a segurança pública não são parte do problema, mas parte da solução, talvez uma única solução. O Secretário falou do tripé da segurança pública — eu até uso, para ser mais didático, os três pezinhos: as penas, falando do arcabouço jurídico; a organização da segurança pública, as polícias; e a prevenção.

A grande falha que nós temos hoje, a grande incompetência é justamente nossa aqui para legislar, e o Executivo para encaminhar propostas. Aqui, a gente vai



vendo que as mesmas pessoas que estão defendendo: *“Olha, a questão da arma de fogo...”* O que está matando são armas clandestinas. Como o Secretário disse, já se fez aí uma porcaria no Estatuto do Desarmamento, que só desarmou o cidadão de bem. Agora eles querem desarmar o policial aposentado, para ver se fica mais à mercê do criminoso.

É o mesmo que dar guarida para o menor criminoso. Querem tirar dos senhores: *“Opa! Vamos ver se eles vão falar que são a favor da redução da maioria.”* São os mesmos que ficam batendo palma para saidinha de preso. Saem 38 mil presos numa saidinha temporária lá, e a Polícia fica limpando chão com a torneira aberta. E querem flexibilizar mais ainda, os tais laxistas penais, que entendem: *“Se a pena não recupera, para que a pena?”* Não querem mexer. Agora, os senhores querem e trazem a sua contribuição, pelo lado da segurança pública, dizendo: *“Pelo amor de Deus, vamos legislar!”*

Uma das motivações para eu apresentar um projeto em relação ao crime de receptação que acabou, depois de uma luta de todos nós aqui, sendo votado, foi enquanto eu tomava café com o Dr. Youssef, e ele me falou: *“Olímpio, vocês têm que fazer alguma coisa. Nós prendemos, prendemos, prendemos e não acontece nada para o sujeito. Ele sai rindo no processo!”*

Quero dizer da minha satisfação, muito embora eu seja um opositor ferrenho ao Governador de São Paulo, exatamente porque ele não atua em sintonia com o que os senhores todos estão pretendendo. Ele tem bronca em relação às polícias, é preconceituoso em relação a salários, à carreira, mas essa é uma outra luta. Os senhores não fazem mais não é por causa do Governador, mas apesar dele. Nós não podemos partidarizar a questão da segurança pública. Eu sempre digo: nós não podemos torcer para o jacaré em filme de Tarzan. Nós temos que torcer para que o jacaré não alcance o Tarzan. Não tem partido, não tem ideologia, não tem nada. Tem compromisso.

Eu devo dizer, Secretário, que o senhor ganhou o meu respeito no momento em que estava num enterro, como agora está o Subcomandante Mesquita, enterrando, neste momento, o soldado Casemiro. O senhor foi o primeiro Secretário que eu vi a ir ao enterro de um policial que morreu com tiro de fuzil. Ao invés de se esconder no gabinete, o senhor foi lá ser solidário na dor. Então ali, naquele



momento, ganhou o meu respeito, e as suas atitudes têm sido em relação a ser o Chefe da Polícia e não o feitor das polícias. Isso tem uma diferença muito grande.

Em relação às pessoas que o senhor escolheu, eu só posso dizer: se eu estivesse no seu lugar, seriam as mesmas escolhas, tanto em relação ao Youssef quanto em relação ao Gambaroni. E até quero dizer e pedir, no caso, para que os dois, o Comandante-Geral e o Delegado-Geral, pudessem dizer a esta Comissão, por que ainda tem isso? Quando está se falando da letalidade da polícia, mais do que a morte de negro e jovem, que chega a 70 para cada 100 mil, no Estado de São Paulo passa de 100 policiais a cada 100 mil, e nós não fazemos CPI de coisa nenhuma em relação à morte dos policiais.

(Não identificado) - Quanto? Cem?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Muito mais. Só este ano já morreram 7 em serviço, da Polícia Militar; mais 4 da Polícia Civil; fora de serviço nós já passamos de 50 e temos passado de 100 todos os anos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - E no ano passado foram 500 no Brasil.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - É. Então, aí a família chora, a mãe do Casemiro tá lá chorando, a do Brasil... O soldado Brasil, negro, aplicando o PROERD, músico, que ensinava *hip hop* aos jovens, foi executado por ser policial e enterrado no último domingo.

Então eu faço essas considerações e peço aos nossos Chefes de Polícia que pudessem falar a esta CPI, principalmente, na evolução, no processo da formação dos nossos policiais nos últimos anos, principalmente, da preocupação de adequação dos currículos de formação às necessidades de melhor servir à população.

E até, Comandante Gambaroni, se o senhor pudesse discorrer um pouquinho mais sobre a formação do soldado de polícia, porque aqui eu ouço besteira o dia inteiro, alguns partidos e algumas pessoas dizendo como máxima: *“Nós precisamos desmilitarizar as Polícias Militares. Eles são letais, eles querem matar, eles não gostam da população, eles são treinados para a guerra, para o enfrentamento”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Deputado.



O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - E que V.Exa. pudesse falar a respeito de como é a formação, a preparação, a instrução permanente, o acompanhamento, a supervisão e a parte de correição e de acompanhamento permanente.

Secretário, eu gostaria que o senhor também, acompanhando o Paulo, que é o autor do projeto, pudesse falar que no Estado de São Paulo... Quando cheguei aqui falaram: *“Nós vamos votar o auto de resistência seguido de morte”*. E daí, o que acontece? Se passou uma coisa: o auto de resistência seguido de morte seria um salvo conduto para não se investigar mais nada, não ter laudo, não ter perícia, não ter acompanhamento. E eu gostaria que os senhores falassem exatamente o que acontece, quando nós temos a morte de um marginal no enfrentamento com a Polícia, porque de forma nenhuma esse projeto dá para ser votado. Se quiser votar, vota hoje. Sabe o que vai alterar em relação à polícia? Absolutamente nada. Virou simplesmente: *“Olha, vamos resolver a questão da letalidade da polícia”*.

Eu gostaria que os senhores falassem sobre os dados, sobre a apuração obre o que é de fato o auto de resistência seguido de morte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Major Olímpio.

Com a palavra o Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Boa tarde a todos, Delegado-Geral Youssef, Sr. Secretário de Segurança — já o conheço dos meus tempos de concursado — Alexandre Moraes, Sr. Comandante Gambaroni, Dr. Rafael, quem é do meio do concurso público e não o conhece está no lugar errado.

Normalmente aqui, quando tudo dá errado, a criação do sujeito é mal feita, maus valores, a escola não consegue endireitar, a família não dá o trato correto, a lei também não consegue segurar, cai na conta da polícia. Já é praxe nesta Casa. Eu acho que nós deveremos chamar também os responsáveis pelas mortes. Será que quem está matando mais é negro? Acho que a gente deveria chamar aqui também o comandante do PCC, do CV, do ADA, porque parece que é só a polícia que mata aqui nessa cidade. Parece que com um viés racista ainda.

Então, a primeira pergunta aos senhores é essa: a composição das polícias, há algum processo seletivo para que tenham mais negros nas corporações ou há algum tipo de treinamento ensinando a assassinar a juventude negra? Eu obviamente sei a resposta. Estou chamando a atenção é porque não há relação. O



cunho é social. Eu faço uma pergunta. Joaquim Barbosa condenou os mensaleiros. Salvo engano, acho que cem por cento de brancos. Será que Joaquim Barbosa é racista? Eu não vou nem levantar muito essa bola porque senão é capaz de uma parte dos partidos levantar essa bola. Estavam falando que eram perseguidos políticos. Daqui a pouco vão meter um racismo em cima do Joaquim Barbosa.

E também agradecer aqui o enriquecimento da audiência com a presença do Secretário de Segurança que citou um dado aqui que eu não conhecia: 85% dos mortos são homens, correto, Sr. Secretário? Então, eu vou sugerir aqui à Casa a abertura de uma CPI para a morte de homens. Qual a relação entre homens e mulheres? As mulheres são 60% ou 55% da população. Está errado isso. Está morrendo muito homem. Vamos criar a CPI da morte de homens, tamanho é o absurdo aqui feito. É só fazer aqui o registro desses dados, dizer que as circunstâncias são sociais. Se determinada área da cidade está mais violenta, vamos investir nela.

Recentemente estive aqui o ex-Secretário de Segurança do Espírito Santo. Ele provou por “a” mais “b”, fazendo uma exposição a favor do desarmamento, mas ele se contradisse. Ele disse o seguinte: onde foi mais investido em questão de segurança, de educação, de obras públicas, ali reduziu a criminalidade. Parabéns para ele! Tem que reduzir. Se os números em São Paulo são bons, vamos estender isso, colocar os outros Estados para segui-lo. Quando eu fico triste aqui com a situação de Alagoas, que é o Estado mais violento do Brasil, eu não quero saber se estava morrendo mais homens, se está morrendo mais mulheres, mais negros. Temos que reduzir a violência nesse local. Vamos bater lá na porta da Dilma Rousseff, ver qual é o grande plano para ela.

Aí é o meu próximo passo. Pergunta também aos comandantes das polícias. Se derrubarmos aqui o auto de resistência, que é uma das últimas retaguardas jurídicas que a polícia tem para atuar, os senhores acreditam que o policial vai ficar mais estimulado a ir a uma ocorrência com troca de tiro? Será que saindo dali com o processo, ou preso, ou para o cemitério — quem sabe —, será que o policial vai correndo para uma ocorrência dessas? Será que é esse o problema da segurança pública?

Então, ficam os meus questionamentos e os meus registros. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Para corrigir possível desvio anterior aqui. Eu acabei de receber um convite para uma Frente Parlamentar que vai discutir roubo de cargas. Podia comparecer a Sra. Dilma Rousseff nessa Comissão, porque segundo o próprio marido dela, Carlos Araújo, que é vivo ainda, num debate comigo, a especialidade do casal de pombinhos quando jovem era assaltar caminhões de carga na Baixada Fluminense.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Presidente, meu protesto, porque não é objeto desta Comissão e demonstra o nível do Deputado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - É o nível da Presidenta. Não é o nível do Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - O Deputado poderia voltar-se ao tema desta audiência, porque o Deputado desviou o tema e demonstra um baixo nível no seu argumento.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Baixo nível é de quem comete crime, não é de quem denuncia não, se não os senhores aqui...

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Presidente, pela ordem. Em respeito aos convidados, vamos focar no debate para o qual eles foram convidados.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Eu quero focar.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eles não são obrigados a ficar ouvindo impropérios mútuos aqui.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Eu recebi o convite aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Jair Bolsonaro, vamos nos ater ao tema.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Quando tiver sequestro de avião, a gente vai convidar não o primeiro...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - É violência.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Ainda há pouco foi questionada a questão...

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Presidente, vamos discutir o foco.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos retomar. Vamos garantir...

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - O pessoal que não atua na CPI não sabe o que se discute aqui, não aparece nunca.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Claro, é verdade, é verdade.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Presidente, por favor!

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Só garanta o tempo ao Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Está garantido o tempo, Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - É uma CPI racista, como agora há pouco o Deputado de São Paulo, do PCdoB, falou: "*Vamos focar no foco: morte de jovens negros e pobres*" — CPI racista.

Mas, vamos lá. Meu coronel, não estava aqui quando o senhor falou, mas o Deputado Delegado Éder Mauro tocou no assunto, eu também não lembro, não sei quantos negros têm na minha turma, eu não sei. Eu sei que tinha um apelido, já que das sete especializadas na academia em Resende, eu fui para a artilharia, e a tradição é de a maior parte de negros ir para lá. Agora, sabe por que eu lembro disso? Porque nós éramos conhecidos como senzala, e a brincadeira o tempo todo. Eu lembro do meu tempo de tenente, capitão, no dia 13 de maio tinha a pelada dos brancos contra os negros e o pau cantava. Éramos todos amigos.

Agora lembrei, sim, de um coronel que era negro, que nessa época de pelada ele escolhia, logicamente o pessoal mais velho que ia para a pelada — major, tenente-coronel, subtenente —, e ele como era comandante escolhia os negros bons de bola e os branquelos perna de pau ele escolhia também, ele sempre ganhava. E não tinha essa história de racismo, vivíamos numa confraternização enorme.

Hoje em dia, ai, meu Deus do céu! A culpa é da cor da pele. Eu até declarei há pouco tempo que sou daltônico para essa questão aqui, faço questão de ser isso aí. Agora o que falta aqui, eu sei, os senhores estão na Mesa aqui, os senhores não querem polemizar até porque o senhor sabe como exercer o seu serviço. A Polícia Militar não está preparada, ou doutrinada, ou levada a matar branco, negro e não



matar branco, seja lá o que for, mas nós sabemos aqui o viés racista da CPI, e a luta de classes que o Governo sempre quer nos impor.

Geralmente, quem é contra a redução da maioridade penal é favorável à legalização das drogas, são os mesmos favoráveis ao desarmamento do cidadão de bem, são os mesmos que querem desmilitarizar a Polícia Militar, são os mesmos que pregam a ideologia de gênero nas escolas do ensino fundamental ensinando as crianças a serem homossexuais a partir de 5 anos de idade, escancarando as portas para a pedofilia, são os mesmos que apoiam as paradas gays, são os mesmos que defendem a família flex, biflex, triflex, que vale tudo. É o mesmo... Antigamente quando... Eu estou com 60 anos de idade, alguns aí têm essa idade ou mais, e quando nascia, quando o garoto saía para fora: “*É homem ou mulher?*” Hoje em dia não, é com 14 anos para saber se é homem ou mulher, pelo PT, porque ele tem que ser...Ele tem que experimentar, o menino tem que dar um beijinho no menino na escola para saber se é menino ou menina.

E tem canalha que defende isso, apesar de nós termos aqui derrotado no PNE por duas vezes, e são os mesmos que promovem a lutas de classe, meu delegado, branco contra negro, homo contra hetero, essa desgraça da Lei da Palmada, pai contra filho, Norte contra Sul, rico contra pobre, como se esses que falam tanto nessas igualdades tivessem produzido alguma coisa na vida. Geralmente o pessoal de esquerda — não conheço ninguém que tenha sido empresário, agricultor, produtor, empreendedor — ou veio do movimento sindical ou veio da ociosidade. Essa é a verdade!

Estão agora brigando para dividir o quê? Tirar de quem tem para dar para quem não tem? Agora, por exemplo, uma boca de fumo. Eu falo pelo Rio de Janeiro, eu sou paulista do Vale do Ribeira, mas falo pelas bocas de fumo do Rio de Janeiro. Quando um menorzão daquele dá um banho,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Jair Bolsonaro, mais 1 minuto, por favor.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - ...meu delegado, o que acontece com aquele menorzão? Vai para o saco. Acham que se for branco o traficante não vai mandar pro saco? Ele vai mandar pro saco, não interessa a cor da pelo dele. Ele vai exatamente para dar exemplo para os demais.



Agora só a título de colaboração, fechando por aqui. Primeiro, eu não sei quem falou aqui, policial fronteira. Desculpe-me, com 17 mil quilômetros de fronteira... Eu servi lá em Nioaque, quase fronteira com o Paraguai, Mato Grosso do Sul. Não tem, nem os Estados Unidos consegue selar fronteira com o México com todos os seus equipamentos, nós não temos condições. Quando acontece isso aí, ou geralmente é quase uma fatalidade, alguém entrega ou dá sorte, porque fica muito difícil realmente um carregamento dessa monta dar furado, alguém dar o serviço. Geralmente o cara dá serviço para questão menor aqui.

Agora o que falta em nosso País, para título de colaboração, é uma política de planejamento familiar. Não pode... Não vou falar do homem porque a minha raça eu conheço, está certo? Mas a mulher geralmente tem a maior carga disso em suas costas, ao ter 3, 4, 5, 6, 7, 8 filhos, e o Governo estimular com um programa, chamado Brasil Carinhoso, dá mais 70 mil réis para essa mulher meter mais um filho no mundo, que não vai ter futuro nenhum, vai acabar sendo vítima, vai acabar morrendo ou matando. Então, política para isso é melhor, Sr. Presidente? É o que a gente tem que discutir aqui; e não essa historinha racista, uma CPI racista, como esta que está sendo aqui, que já está com toda a certeza com o relatório pronto, para dizer para a sociedade buscar a desmilitarização, quer dizer, agravar mais a lei do racismo, e por aí afora. Muito obrigado pela paciência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Não sou eu que estou falando, Presidente, não sou eu que estou falando o negócio, que essa CPI é teleguiada, mas eu vou continuar na minha toada. Mas é o seguinte: eu sou a favor desse auto de resistência. Esse projeto que foi apresentado aí é a melhor coisa que tem para a polícia. É a melhor coisa que tem. Tudo que está nesse auto de resistência é feito no local de crime, principalmente... E lá em São Paulo é feito por dois, pelo perito e pelo delegado. Porque a reconhecimento visiográfica do local do crime, o delegado vai lá e fotografa tudo. Então, é o seguinte: eu gostaria, sim, o mais rápido possível, que esse auto de resistência fosse para lá, que não tem... Ele não fala nada de auto de resistência ali. Ali não fala nada de auto de resistência. E outra coisa: auto de resistência, 100% é inquérito policial. Cem por cento. Em qualquer



lugar, porque uma morte, um inquérito, uma morte um inquérito. Ou não é? Então, eu não vejo a hora de votar esse projeto. Sinceramente. Eu estudei o projeto todo, eu gostei do projeto; é muito bom, muito bom o projeto.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não altera nada.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Em matéria de processo penal ...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sai de nada para lugar nenhum.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - ... tudo que está lá já é feito. Eu fazia tudo aquilo lá, e até mais um pouco. Às vezes, até ia ao IML acompanhar a necrópsia, para ver a trajetória dos tiros e a distância do tiro, que é importante a distância do tiro, para ver se é execução ou se não é execução, etc., etc.

Qual é o maior motivador de crimes que tem no Estado de São Paulo? Gostaria de saber, Sr. Secretário, qual o maior motivador de crime, motivação? Se são as biqueiras, se é a guerra entre traficantes, ou se é policial que está matando lá, exterminando, conforme o pessoal está afirmando. Igual estive lá ontem, no Estado de São Paulo, em que eu praticamente quase saí correndo de lá porque pensei que eu tomar tiro lá. Então, eu quero saber: o policial está sendo treinado para matar? Ou ele é treinado para se defender? Ou defender a sociedade? Isso que eu gostaria de saber.

Quantos inquéritos de racismo tem foro instaurado no Estado de São Paulo? Quantos inquéritos de racismo? Racismo, mesmo. Não é, como se diz, injúria racial. Pelo amor de Deus! Eu quero saber de racismo. Racismo, mesmo. O que está naquela lei, muito mal elaborada, de 1989, aquela lei de racismo lá.

Outra coisa que eu gostaria de saber: quantos procedimentos foram feitos — em vez de perguntar se é a favor ou contra —, quantos procedimentos de menores infratores foram feitos no Estado de São Paulo, tanto patrimonial como o de crimes de homicídio e tráfico de drogas. Então, quantos crimes, quantas infrações penais os menores estão fazendo?

Sou contra esse problema de deixar o baleado no local do crime. Se o policial, em dúvida quanto à vida do alvejado, tiver que salvar a vida dele, opta por salvar a vida dele, porque, se deixar lá no local do crime e aguardar perícia, quem quer que



seja, se estiver morto, tem que ficar lá mesmo e tem que preservar o local; agora, se tem uma esperança que está vivo, socorre. Uma vez eu ... O que a gente faz? A pessoa parecia que estava morta, coloquei o espelho no nariz dele, socorri rapidamente porque embaçou o espelho. Estava vivo. Fomos embora, tomou um punhado de tiros, mas, tudo bem, estava vivo, socorremos, porque a finalidade nossa é salvar vidas, não é matar ninguém. E eu gostaria que a família daquele policial não estivesse chorando hoje, porque ele morreu defendendo a sociedade, ele foi treinado para defender a sociedade. É preciso parar de utilizar policiais para outros tipos de trabalho que não seja o policiamento ostensivo e preventivo; é preciso acabar com esse negócio. O policial é treinado para salvaguardar a sociedade.

Inclusive, o Comandante deu um bom exemplo aqui: o parto. Quantos partos na viatura? Eu já vi tantos partos por telefone, inclusive. Ele falou só de viatura, mas por telefone. E da mesma forma, na Polícia Civil.

Eu gostaria de saber qual o percentual de apuração de homicídios no Estado de São Paulo, de esclarecimentos de crimes contra a vida. E por que, no Estado de São Paulo, o crime cometido no confronto com policiais militares é investigado pelo DHPP, se ainda é investigado, conforme o Governador mandou? Eu gostaria de saber isso também, porque é importante para mostrar que ninguém tem de tentar esconder nada. E não tem criminalidade nenhuma e nem letalidade, apenas segue-se a lei, do art. 23 ao art. 25 do Código Penal: defender a vida. Se é em legítima defesa não é crime, não é crime, nunca vai ser e não pode ser também, o estado de necessidade, o exercício regular do direito, isso é escrito como dever legal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay. Prepare-se, Deputado Luiz Couto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, quero parabenizar por mais esta audiência pública desta Comissão, que é extremamente necessária, porque nós estamos desnaturalizando o nível de morte de jovens negros que temos no nosso País, estamos achando que não é natural. E, a partir daí, cabe a esta CPI fazer um processo de investigação, porque, nesse processo e nesse número de



mortes no Brasil e, inclusive, no Estado de São Paulo, há um nível de mortes muito superior de jovens negros em relação a jovens não negros. Isso deveria nos chamar a atenção, e por isso a constituição da CPI, para que esse fenômeno fosse investigado e para que nós pudéssemos criar as condições necessárias e os encaminhamentos pertinentes para enfrentarmos essa realidade. Negar a realidade é uma forma de fazer com que ela nos ignore e nos negue depois. Se nós negamos a realidade, nós perdemos o poder de transformá-la.

Por isso, é muito importante que nós não desconheçamos que existe um mito construído neste País, um mito reproduzido pelas elites, o mito de uma democracia racial. Não há democracia racial no Brasil, e os números estão aí para comprovar não apenas a morte de jovens negros, mas os que estão encarcerados. Números que apontam as desigualdades salariais.

Ou seja, há um nível de desigualdade que se caracteriza a partir de uma construção de gênero e de uma realidade racial. E, quando nós falamos em construção de gênero, nós estamos falando que há uma construção social e cultural que estabelece relações de poder, em que se busca assegurar ou dar um caráter biológico a elas, ou justificá-las, mas são construções. Há uma construção de desigualdade de gênero a partir das diferenças entre homens e mulheres. Há uma construção de uma estrutura de poder, que é masculino neste País, que é uma “construção de gênero” — é um termo utilizado pelo movimento feminista desde a década de 80, onde se estabelece que há um processo cultural, há um processo social, que faz com que as diferenças de sexos sejam diferenças que justificam uma desigualdade social e uma desigualdade de oportunidades. É preciso que nós reconheçamos isso.

Inclusive, no nível de assassinatos de jovens que são jovens homens. Essa é uma relação de gênero. As mulheres são as maiores vítimas da violência doméstica, e os homens são as maiores vítimas da violência pública, da violência urbana. E é preciso que nós reconheçamos que há um recorte de gênero, que precisa ser considerado, dessa construção de gênero em que cabem aos homens serem os provedores, em que cabem aos homens terem comportamentos não permissivos e de reação muito imediata e muito concreta a qualquer ameaça sentida.



Portanto, é preciso que nós consideremos isso, para que nós possamos construir um País onde não tenhamos medo das ruas nem das noites. Nós não estamos aqui fazendo defesa de quem quer que seja, de qualquer tipo de bandido, nem dos grandes, nem dos pequenos; nós somos contra a impunidade. Mas queremos uma construção, uma discussão que seja madura e que não seja tomada pelo ódio, o qual se expressa também no ódio de gênero, que também se expressa no ódio de classes. Que não seja construída a partir do ódio, mas que seja construída a partir da conscientização de que nós temos uma sociedade que não é uma democracia racial e que também é machista, que também é sexista.

Isso vai se expressar em todas as esferas, inclusive neste Parlamento, em que há uma quantidade diminuta de negros e de mulheres também; nós temos apenas 9,9% de mulheres na Câmara. Nós precisamos desconstruir as desigualdades que foram cultural, social e economicamente construídas para termos uma sociedade mais justa e mais igualitária.

É nesse sentido que vêm os autos de resistência. Eu penso que todos os agentes de segurança deveriam defender os autos de resistência, porque... Deveriam ser contra os autos de resistência, melhor dizendo — o projeto é do Deputado Paulo Teixeira —, por quê? Porque o projeto propõe que sejam investigadas as mortes e que tenhamos condições de imparcialidade nesse processo de investigação, que sejam averiguadas as condições.

É óbvio que isso protege o bom policial. Isso faz com que os policiais, os bons policiais, tenham mecanismos para mostrar a licitude de seus atos. Portanto, não pairará sobre eles qualquer tipo de suspeição. Por isso, penso que todos os agentes de segurança deveriam defender o fim dos autos de resistência, porque os autos de resistência impedem o processo de investigação, e pairam sempre as dúvidas acerca daquela letalidade.

Por isso, entendo o Delegado, quando ele disse que, ao ler o projeto e ao conhecê-lo, passa a defendê-lo, porque muito da resistência que o projeto tem é uma resistência por desconhecimento. Mas, ao conhecê-lo passa a defendê-lo, porque ele é um instrumento para valorizar as ações daqueles que agiram dentro da própria lei.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Para concluir, Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E eu encerro, Presidente, apenas lembrando a importância das relações do conjunto das políticas públicas. Eu penso muitas vezes que a sociedade cobra da política de segurança ações ou responsabilidades que são, em verdade, da falência de um conjunto de políticas públicas. É como se a política de segurança e os profissionais de segurança segurassem a falência das políticas no exercício de sua própria profissão. E eu diria, e, aí, vem nesse sentido a minha pergunta: o que tem sido construído na perspectiva de que tenhamos a relação da segurança com o conjunto das outras políticas públicas no enfrentamento à violência, inclusive, na construção de planos para que possamos enfrentar o extermínio de jovens negros? Porque os números nos dão uma clareza solar de sua existência, que é uma existência eugenista, higienista e racista, sem nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto, depois Deputada Mariana e Deputado Paulão.

Nós encerramos as inscrições e peço para que fiquem dentro do tempo, pois nós acertamos que 18 horas temos que sair por causa de voo.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, eu acho que três defeitos devem estar ausentes de quem exerce uma atividade pública: a arrogância, o preconceito e a autossuficiência. Nós não podemos nos alimentar disso.

Eu cito a experiência da CPI, aonde as pessoas vêm e colocam a realidade na perspectiva do que está acontecendo, mas também colocam a esperança de que essa realidade possa ser modificada. E perguntaria ao Secretário de Segurança Pública, Dr. Alexandre: o Secretário de Pernambuco esteve aqui, e trouxe um dado da relação de mortos, vítimas e policiais mortos. Ele pegou 2013, 2014 e 2015 até abril. Segundo esse dado, 46 policiais foram mortos fora do serviço; 26 morreram, mas não há qualquer informação se estavam ou não em serviço; apenas 9 estavam



em serviço. Eu quero saber qual a realidade de São Paulo com relação a essas mortes. Se o senhor não tiver essa informação aqui, depois, poderia passar para a Comissão.

Um dado que nos chama a atenção aqui, e em outros locais também, é o problema da violência praticada contra moradores de rua. Gostaria de saber se V.Sa. tem dados sobre essa violência contra moradores de rua, de morte e de outros tipos de violência praticada contra moradores de rua.

Quanto à realidade de jovens e adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas, pergunto se V.Sa. tem dados se é negro, branco, pardo, para podermos verificar também essa relação.

E como tratamos da violência contra jovens, pensamos que a violência é apenas a morte. A morte é o resultado final de uma violência. Eu também queria saber sobre outros tipos de violência, por exemplo: estupro praticado contra jovens, racismo, tortura, maus tratos, tratamentos cruéis, desumanos, degradantes.

A questão da violência das torcidas, gostaria de saber como acontece. Esse é outro elemento importante da violência para ser analisado.

Outro tipo de violência é a intolerância religiosa. Agora, no Rio de Janeiro, uma criança de onze anos e pouco foi apedrejada porque ela pratica outra religião, afrodescendente. Duas pessoas de outra religião não gostaram e jogaram pedras na adolescente. Essa intolerância, arraigada ao fanatismo e ao fundamentalismo, muitas vezes leva à prática de ações violentas.

Finalmente, Dr. Alexandre, eu gostaria de saber o seguinte. Muitas mortes acontecem de forma coletiva: as chacinas. Eu pergunto a V.Sa. se tem dados de chacinas acontecidas, o número de pessoas que foram assassinadas e também o número de pessoas que ficaram com sequelas, devido à violência praticada por arma de fogo. Algumas vezes a pessoa não morre, mas fica com sequelas. Gostaria de saber, também, o número de desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil. Esse é outro elemento que estamos investigando.

Era isso que eu gostaria de colocar. Sei que muitas vezes V.Sa. não dispõe dessas informações agora. Pernambuco não tinha as informações, mas depois nos encaminhou. V.Sa. terá todo o direito de encaminhá-las à Comissão no momento em que puder.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto.

Com a palavra a Deputada Mariana Carvalho.

A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO - Obrigada, Presidente.

Quero parabenizá-lo por mais uma audiência para discutirmos esse tema. Junto com o Deputado Delegado Edson Moreira, junto com o Presidente Reginaldo Lopes, junto com a Deputada Rosângela e junto com o Deputado Orlando Silva, estivemos, ontem, na Assembleia Legislativa de São Paulo ouvindo sobre os casos de mortes e de violência praticada contra os jovens negros e pobres no Estado de São Paulo.

Eu me senti contemplada pela fala do Deputado Eduardo Bolsonaro. Eu acho que temos vivido um momento... Se existem essas violências no País, elas são certas e claras, tanto é que temos uma CPI. Mas com o que não concordo e não acho certo é, quando chegamos a um Estado que é oposição ao Governo, ou de uma forma assim, quereremos colocar culpa apenas na polícia.

Eu sou do PSDB, partido que faz oposição ao PT, somos de partidos diferentes, e quero dizer que não estamos aqui para lutarmos por siglas ou defesas, e, sim, por uma questão única: descobrir os motivos e as causas de tantas mortes em nosso País.

E esse problema não é apenas de São Paulo, mas de qualquer região: do meu Estado, Rondônia, e de qualquer outro lugar do nosso País, até mesmo daqueles que têm altos índices, como Alagoas, que vem mostrando cada vez mais esse aumento.

Então, a minha pergunta é para a gente poder, talvez, quem sabe, até mesmo diminuir um pouco esse enfrentamento. Quero saber se o Secretário tem a quantidade de membros da corporação considerados brancos, pardos e negros, para podermos também saber por que é considerada tão racista a polícia de São Paulo, como foi escutado ontem em todos os depoimentos acusando a polícia de São Paulo desse racismo.

Portanto, eu gostaria de saber se existe esse levantamento, até mesmo para poder ajudar. Tenho certeza de que será muito útil para a nossa Relatora, a Deputada Rosângela, chegarmos a esses dados.



E, principalmente, gostaria de saber também quantos policiais estão envolvidos nessas mortes de negros e quantas delas foram causadas por outros fatores, por outras pessoas relacionadas a sociedades, para a gente poder ter realmente um levantamento e chegar a uma conclusão do que vem acontecendo no Estado de São Paulo.

São essas minhas perguntas. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Mariana Carvalho, pela contribuição.

Passo a palavra ao Deputado Paulão, último orador.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Agradeço, Sr. Presidente. Eu gostaria de parabenizar os expositores e principalmente me dirigir ao Secretário.

Secretário, um dilema que vive esta Comissão é relativo à questão das estatísticas. A metodologia aprovada pela Comissão, em primeiro momento, foi convidar o sociólogo Julio Jacobo, que trabalha com a estatística do DATASUS. E uma boa parte das Secretarias de Segurança dos Estados tem estatística própria. Em algumas, inclusive, a maior, outras com subnotificações.

Então, eu acho que esse é um falso debate. Na realidade, a gente teria que verificar a interação desses dados, no sentido de ter transparência, ter uma sinergia em relação a essa situação. Mas gostaria que o senhor se posicionasse — principalmente o senhor, que assumiu a cadeira, como disse o Deputado Paulo Teixeira, há 6 meses — em relação a essa visão da estatística, que é um dilema inclusive nesta Comissão.

A outra questão que para mim é um falso debate é a tentativa de fazer uma discussão em relação à existência ou não da discriminação no Brasil. Eu acho que isso é coisa do passado. Na realidade, esta CPI colocou na agenda uma pauta que a sociedade como um todo não tinha incluído.

E a responsabilidade, na minha visão, é de todos os entes federados, independente de partido político. Têm responsabilidade pela estrutura os Municípios — em menor porte —, os Estados e também a União. Então, é importante aprofundar essa discussão.

Por último, Secretário, a gente percebe, na composição da Mesa, as representações da Polícia Militar e da Polícia Civil e a presença do senhor, como



coordenador. E a gente verifica que um dos grandes problemas recentes em relação à violência é que ela atinge a juventude da periferia, masculina e negra. Ou seja, há a questão da localização territorial, a do sexo, a do poder aquisitivo, a étnico-racial, e há, inclusive, no caso de Alagoas, de onde sou, uma questão focada no período: a violência ocorre geralmente de sexta-feira a segunda-feira. E você tem regiões consideradas quentes, que todos conhecem. Não sei a realidade de São Paulo, mas não deve ser diferente.

Como se dá a sinergia da Polícia Civil e da Polícia Militar em relação à Polícia Federal, já que a atribuição em relação à questão das drogas — é verdade que o contingente da Polícia Federal é pequeno — pertence à Polícia Federal?

E a gente tem um órgão, criado ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso — esse fato não é pejorativo — e continuado nos Governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma, que é o Gabinete de Gestão Integrada — GGI.

Como anda essa integração de direito? Como é a sinergia que há entre as polícias, sobre as quais muitas vezes a gente não quer fazer o debate? Claro que elas não são responsáveis pela violência! Agora, é necessário aprofundar. Com esse modelo de polícia que nós temos aí — esta não é uma crítica pejorativa à polícia ou à OAB —, essa sinergia está funcionando? A sociedade quer resposta!

Os paradigmas da Constituição de 1988... V.Sa. é um dos grandes estudiosos na área de Direito. Então, em 1988, era uma realidade que a atribuição focada era do Estado. Hoje o Município não tem nenhum papel? Será que não se tem que repensar esse processo da própria sociedade civil?

Então, eu queria que essa questão pudesse ser aprofundada e gostaria de saber que sugestões V.Sa., além de Secretário, daria como professor de Direito, que é uma referência nacional, para o Parlamento no sentido de contribuir com essa temática?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a Relatora, Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Boa tarde a todos e a todas!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputada, quer falar de lá?



A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Eu falo daqui mesmo, não há problema, não. Falo daqui mesmo. Sr. Presidente. Se V.Exa. não se opõe, eu falo daqui mesmo.

Cumprimento a Mesa, na pessoa do Secretário Alexandre Moraes, os Deputados presentes, todos os senhores e senhoras.

Secretário, ontem, nós tivemos durante o dia inteiro um trabalho intenso em São Paulo. Começamos às 9 horas da manhã, visitando duas comunidades: a comunidade, se não me falha a memória, de Jardim Rosana e também a comunidade de Jardim São Luís.

Lá pudemos ouvir depoimentos de várias famílias que ali estavam e percebemos a condição de medo e pavor da polícia por parte daquela população — e não, de forma bem objetiva, punindo ou sentenciando a polícia de forma geral —, que falou, de forma bem racional, sobre a atuação de alguns maus policiais naquela área.

Depois, à tarde, nós tivemos uma agenda muito positiva com o Vice-Governador do Estado e passamos para ele a mesma informação que estamos passando para V.Exa. aqui a respeito da nossa presença lá, da nossa visita. Em contrapartida, o Secretário falou de um programa que vai ser implementado muito em breve com os jovens lá em São Paulo, que nós também achamos muito interessante. À noite, recebemos várias instituições. Tivemos lá uma audiência que foi até pouco mais de 11 horas da noite.

E, como foi dito aqui pela Deputada Mariana Carvalho, o problema de São Paulo não é diferente de nenhum outro Estado. Eu aqui, Sr. Presidente e Secretário, também não estou generalizando a prestação de serviço da polícia de São Paulo, porque nós sabemos que a polícia, de uma forma geral, é quem, na ponta, segura todas as dificuldades.

Também ouvimos lá, como foi bem colocado aqui pela Mariana, a juventude dizer não só da questão do racismo que é muito forte, o racismo institucional, como também foi questionada, Comandante-Geral, a questão da educação, como também de outras atividades no Estado de São Paulo que pudessem ajudar a nossa juventude a sair desse contexto que nós estamos vivendo hoje, infelizmente, de um



número altíssimo de assassinatos de jovens negros e pobres, não só em São Paulo, e V.Sa. colocou, Secretário, com muita propriedade, que houve uma diminuição.

Mas, em contrapartida, em outros Estados que nós estamos visitando, como, por exemplo, Alagoas, como disse o Deputado Paulão, tem indicadores altíssimos de violência, assim como o próprio Rio de Janeiro e a Paraíba.

V.Sa. falou muito bem — e eu estava aqui quando V.Sa. disse isso — da necessidade de a polícia estar mais bem preparada, de fazer cursos, para enfrentar melhor o dia a dia da nossa sociedade.

No Rio de Janeiro, nós temos um problema. Eu falava com o Delegado Edson Moreira que lá fazemos concurso, Deputado Luiz Couto, e os nossos policiais fazem a parte prática nas comunidades carentes, como Rocinha e Complexo do Alemão, para pegar experiência.

Gostaria de ouvir de V.Sa. sobre essa experiência de preparar melhor os policiais para atender melhor a população, porque o que eu vi, na verdade lá, de manhã, foi uma comunidade apavorada, assustada, com o medo reinando naquelas famílias. Umas foram vítimas, como foi o caso de uma senhora que perdeu seu filho quando foi comprar uma pizza. Não sei se V.Sa. lembra de jovens falando que tinham medo de andar na rua, porque sabiam que, se saíssem de casa, talvez não pudessem voltar.

Eu queria ouvir de V.Sa. de que forma nós poderíamos preparar melhor esses policiais para o dia a dia, no enfrentamento com a comunidade, que, por si só, como vimos ontem, Presidente Reginaldo Lopes, é uma comunidade que tem várias dificuldades, que não é problema da polícia, mas de ausência de políticas públicas que realmente possam dar uma qualidade de vida à nossa população.

Infelizmente, com essa ausência de políticas, que também não é desse Governo, mas de muitos anos sem gestão, quem está pagando a conta com a vida é a nossa juventude negra e também a nossa juventude pobre.

Então, eu queria que V.Sa. falasse um pouco mais sobre esse treinamento e esse aperfeiçoamento, até mesmo para a gente ter um pouco mais de esclarecimento e tentar, por exemplo, até sugerir o modelo que V.Sa. desenvolve em São Paulo para outros lugares, para outros Estados.



Eu também gostaria de pedir, Sr. Secretário, de forma carinhosa e respeitosa, que V.Sa. pudesse ver a situação dessas comunidades, que, ontem, nós as ouvimos. E aqui não quero fazer nenhum juízo de valor, porque já disse e volto a afirmar que é a polícia que, muitas das vezes, está na ponta, e nós sabemos que, em qualquer corpo de profissional, existem os bons e os maus. Mas gostaria de fazer essa colocação, porque eu saí muito triste daquela comunidade, assim como saí também das outras comunidades de outros Estados.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós combinamos aqui na mesa que o Secretário Alexandre Moraes vai responder pelos demais devido ao horário do voo. Eles chegaram no horário, e a gente sempre atrasa um pouquinho. A audiência foi marcada para às 14h30min, mas começou às 15h.

Com a palavra o Dr. Alexandre Moraes.

O SR. ALEXANDRE MORAES - Eu vou responder, e obviamente que daria uns 3 dias para a gente conversar, mas vou tentar ser bem sintético, cumprimentando, inicialmente, os Deputados que não estavam aqui no início da minha fala: a Deputada Mariana Carvalho, a Deputada Rosângela Gomes, que é a Relatora da CPI, o Deputado Paulão, o Deputado Luiz Couto e a Deputada Erika Kokay, os Deputados que eu não havia saudado inicialmente.

Eu queria iniciar reiterando, com todo respeito a todos os demais Estados e a todas as demais polícias, que não é possível nem razoável tratar como geral a conquista e a diminuição, nessas décadas, do Estado de São Paulo. Isso não é, com todo o respeito, razoável. Eu já disse aqui que, enquanto, no Brasil, a taxa de mortalidade do jovem negro é de 70,8, em São Paulo, é de 30,9, e só em Santa Catarina é menor, mas em outros Estados a taxa estoura. Alguns têm taxa acima de 100. Então, não é possível tratar de forma igual Estados diferentes. E isso é importante até para reflexão de todos, para nossa reflexão, para reflexão da Comissão, com todo respeito, Sr. Presidente.

A Bahia é o Estado com o maior percentual de afrodescendentes no Brasil. A letalidade do jovem negro na Bahia é de 104,9 jovens negros por 100 mil habitantes, enquanto a dos jovens brancos é de 29,7.



Então, é importante a gente analisar que vários fatores levam a essa questão. Eu gostaria de dizer isso, porque todo o esforço feito nesses anos pelo Estado de São Paulo mostrou resultado. Eu tive aqui a honra e a oportunidade de mostrar a V.Exas. a redução de homicídios. Diferentemente, talvez por algum engano do Deputado Orlando Silva, que falou sobre o aumento de homicídio, nesse quadrimestre, em São Paulo, nós diminuimos em 10,8% os homicídios — e eu mostrei isso nos gráficos — e em 15% os latrocínios. Isso é todo um trabalho realizado, um trabalho que passa, como a nossa Relatora colocou, pelo treinamento policial.

Em São Paulo, nós demos posse agora a 2.614 novos policiais militares, após 1 ano de treinamento, que se formaram há 1 mês. É preciso 1 ano de treinamento! Não adianta querer pegar alguém, treinar com 15 dias, 1 mês, 2 meses e colocar nesse embate da segurança pública. É 1 ano de treinamento, sendo que o concurso já é extremamente competitivo: foram 25,4 candidatos por vaga para soldado da Polícia Militar.

O concurso já é extremamente rígido, e, após 1 ano de treinamento, alguns são desligados no meio do treinamento. E para aqueles que, eventualmente, como disse a Deputada Relatora, depois se excedem e cometem abusos, não há nenhuma tolerância por parte do Governador Geraldo Alckmin, da minha parte como Secretário de Segurança e de nenhum dos dois comandantes da polícia. Os números de expulsão, de exoneração, mostram isso.

Nós não podemos confundir as instituições. A Polícia Militar tem hoje 94 mil homens e mulheres; a Polícia Civil, 30 mil homens e mulheres; a Polícia Técnico-Científica, 5 mil. Nós não podemos confundir as instituições com as pessoas. Nós temos que punir e expulsar as pessoas que cometem abusos.

Para mim, para o meu Delegado-Geral, para o meu Comandante-Geral, o policial que pratica crime é muito pior que o criminoso. O policial que pratica crime é um bandido de farda ou um bandido com distintivo e deve ser expulso da polícia, processado e preso. Então, nós temos que ter cuidado, porque há toda uma construção doutrinária, todo um treinamento na polícia.

Eu não sou policial de carreira, então, falo com tranquilidade. Eu vim do Ministério Público, depois advoguei, sou professor universitário há mais de 20 anos.



Não é justa com as instituições e com os policiais a generalização que às vezes acontece. Então, é muito importante a gente afastar isso.

A polícia — e foi a primeira indagação do Deputado Delegado Éder Mauro — não é racista. A polícia é uma instituição, não é racista, não é treinada para isso. Eu falo pela polícia de São Paulo, mas tenho certeza de que, nesse aspecto, eu falo pela polícia do Brasil, sem ter procuração para falar por eles. A polícia não é treinada para matar o jovem negro.

A polícia — e eu iniciei falando isso —, assim como o Judiciário, como o Ministério Público, como médicos, como dentistas, como sociólogos, reflete o racismo, o preconceito que existe na sociedade. E vocês podem ter a absoluta certeza de que o percentual é o mesmo. Não há nada que coloque para a polícia a busca de matar, de prender o jovem negro. Os números de São Paulo demonstram isso, a queda dos homicídios demonstra isso, e os 18% nesses últimos anos, que foram diminuindo entre negros e brancos — e eu espero que, ao final, a média tenha diminuído, que esteja 1 para 1 —, vão demonstrar isso. Nós não podemos confundir.

Se houver um policial racista, que ele seja processado, condenado e expulso, assim como se houver um cirurgião racista, um professor racista. Há professores racistas. E nós vamos falar que todos os professores são racistas? Esse é o grande problema: quando há um policial racista, toda a polícia vira racista. Quando há um professor racista, não, ele é exceção. Quando há um juiz racista — e não há juizes racistas? —, não, ele é exceção. Agora, com a polícia, não. Se há um racista, todo mundo é racista. Há necessidade dessa compreensão.

O Deputado Orlando Silva perguntou como diminuiriam os homicídios de 36, em 1999, para 9,65 nesse primeiro quadrimestre? É um trabalho só de segurança pública, só de polícia? Não, é um trabalho também de polícia, um trabalho de polícia mais espalhada na periferia. É um trabalho, como foi dito aqui, se eu não me engano, pelo Deputado Paulão, que se faz nos locais em que já se sabe que vai ter problema de crime passional, de bebida, de droga. É um trabalho localizado, um trabalho que a Polícia Militar, principalmente, faz em conjunto com as Prefeituras de indicar os locais onde se precisa mais de iluminação. Às vezes, iluminando um local você derruba mais a criminalidade, porque se afasta o tráfico de drogas.



É um trabalho de crescimento econômico, é um trabalho que foi feito nessas últimas duas décadas, em São Paulo, de diminuição da evasão escolar. A diminuição da evasão escolar está ligada a essa questão. É um trabalho importante de ampliação do ensino técnico para que o jovem tenha um lugar para ir, para obter um emprego, para o aumento dos empregos. É um trabalho conjunto, é um trabalho de segurança — e a segurança pública não pode se eximir de trabalhar —, mas é também um trabalho de educação, um trabalho de cultura, um trabalho social.

Foi colocada aqui também a diferença em São Paulo de 30,9 homicídios a cada 100 mil habitantes naquela idade; 20,5 para o jovem branco. É acima da média? É acima da média como em todo lugar do mundo, principalmente nas Américas.

A América Latina é o lugar mais violento do mundo. Na América Latina, nós não temos 9% da população do mundo e 32% dos homicídios. É um local violento. Mas, se nós pegarmos a América como um todo, e os Estados Unidos também, nessa faixa etária há duas a três vezes mais mortes do que as demais. Isso não é um estudo policial, não é um estudo jurídico, é um estudo sociológico. É a faixa etária mais preocupante realmente.

Obviamente, em países cujos índices são mais altos, isso acaba também refletindo duas, três vezes mais. Por isso, há relação entre homicídio, letalidade e jovem. Mesmo com a questão racial, é importante o combate primordial à questão do homicídio.

Na questão da letalidade, vários Deputados colocaram a letalidade policial. Vejam, primeiro é importante colocar, Deputada Erika Kokay, que hoje o policial que se envolve — hoje não, sempre — numa morte é investigado. Nós podemos, eu, V.Exa. e outros, concordar ou não com a investigação, mas falar que não há investigação não é verdade. Há investigação. Essa é uma preocupação minha, e eu já tive a oportunidade de várias vezes, inclusive, na segunda-feira retrasada, ter o prazer de visitar, no gabinete, o Deputado Paulo Teixeira para conversar sobre esse tema, e já tive oportunidade de colocar várias vezes que é prioridade dar transparência total. Nós temos que dar transparência. Não é só da boca para fora.

Eu editei a Resolução nº 40, logo no início da minha gestão, que trata da letalidade de policial. Se o policial for morto, ou se a letalidade for provocada por



policial, ou seja, o policial na ocorrência acabou matando alguém, é preciso comparecer ao local dos fatos não só o delegado, porque a legislação determina isso, mas também o comandante daquela região, a Corregedoria da Polícia Civil, se for civil, e da Polícia Militar, para demonstrar total transparência, porque o mais importante é a transparência. Vamos investigar! Eu coloquei isso na Resolução. Conversei sobre essa questão com o Procurador-Geral de Justiça de São Paulo. São Paulo é o único Estado da Federação que comunica imediatamente o Ministério Público. Eu não posso determinar que o promotor vá lá, mas nós comunicamos imediatamente para que o Ministério Público, o promotor, se entender que seja o caso, compareça ao local dos fatos.

É disto que nós precisamos: nós precisamos de transparência total. Vai lá a polícia, mas vai também o Ministério Público. Se achar que é crime, que foi um homicídio, que foi excesso do exercício regular de um direito ou se foi uma execução, todo o mundo vai estar lá, inclusive, o promotor, e o crime vai ser investigado, até porque é importante lembrar que quem pede o arquivamento desses casos do policial não é a polícia, é o Ministério Público, e quem arquiva é o Judiciário. Agora, é importante — e, como fui promotor, eu sei disso — o início da investigação.

Então, nós puxamos o Ministério Público para isso, na Resolução nº 40. Agora consta na cartilha do Conselho Nacional do Ministério Público uma indicação para que em todos os Estados o promotor compareça ao local dos fatos nessas hipóteses de letalidade. Isso é muito importante.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Inclusive, é bom, porque, o juiz arquivando esses casos, é uma economia processual.

O SR. ALEXANDRE MORAES - Nós já diminuimos isso.

Eu quero agradecer aqui os votos de sucesso feitos pelo Deputado Paulo Teixeira.

Quanto à questão da letalidade, além disso, além de transparência, transparência total, investigação séria, com órgãos externos à polícia, como é o Ministério Público, titular da ação penal, nós ampliamos a intensidade de atuação policial, que foi algo que desde o início, com o Coronel Gambaroni, nós começamos a fazer. Ou seja, que, nas ocorrências, a polícia chegue mais rapidamente para



evitar troca de tiros, para evitar reação. O uso progressivo da força nesses casos diminui a reação, e, diminuindo a reação, nós vamos diminuir a possibilidade de ocorrer a morte de qualquer dos dois lados. Então, isso é muito importante.

O Deputado Major Olimpio, a quem quero também agradecer as palavras, disse que o Governador Geraldo Alckmin atua em total sintonia com esta mesa, porque, se ele não atuasse em total sintonia com esta mesa, esta mesa não existiria. Nós estaríamos todos, quer dizer, eu estaria desempregado, porque eles são de carreira, mas eles não estariam nas chefias. O Governador Geraldo Alckmin dá todo o apoio necessário à polícia. Há divergências naturais do embate político e de pensamento, mas, para os senhores terem uma ideia, nessa crise toda, que é uma crise econômica muito forte, a Secretaria de Segurança dispõe de 700 milhões de reais só para investimento em viaturas, armamentos, tecnologia para investigação, em total apoio às polícias e à segurança pública.

E acabei já tocando na questão que o Deputado Eduardo Bolsonaro colocou sobre a resistência, como também o Deputado Bolsonaro.

O Deputado Delegado Edson Moreira colocou a questão do menor infrator. Em governos anteriores do Governador Alckmin, eu fui Secretário de Justiça e acumulei a Presidência da antiga FEBEM, hoje, Fundação CASA. Então, eu conheço bem a estrutura do Estatuto.

Nós temos hoje em torno de 9.600 internos com privação de liberdade. O percentual aproximado é de 31% no caso de menor reiterante na prática de ato infracional, como o tráfico de entorpecentes, uma vez que o ECA determina que não é recomendável aplicar internação ao menor na primeira vez, quando o ato infracional não for praticado com violência ou grave ameaça. Então, a maioria dos juízes não aplica internação ao menor infrator envolvido pela primeira vez no tráfico, segundo posicionamento do Superior Tribunal de Justiça. O volume maior de ocorrências de tráfico está em torno de 31% e o volume maior de internações está em torno de 48%, no caso de roubos, e o crime contra o patrimônio é o que mais ocorre.

Isso também é uma questão cultural e social. Eu falava isso quando era Secretário de Justiça e continuo dizendo. É aquele apelo ao consumismo geral, é o que nós importamos, e importamos, lamentavelmente, muito mal da cultura norte-



americana do consumismo, e esse consumismo faz com que várias pessoas menores ou maiores cometam o crime contra o patrimônio, porque é preciso trocar o iPhone, o tênis, o carro. Então, o crime contra o patrimônio hoje é a causa de grande internação.

Para encerrar, se não a gente perde o avião — e aí eu sou preso pelas minhas polícias aqui —, o Deputado Luiz Couto perguntou sobre o percentual. Os números agora de cabeça eu não vou me recordar, mas, em São Paulo, o maior número de falecimento de policiais é o de policiais fora de serviço, até porque é o momento em que o policial está mais, diríamos assim, vulnerável e sujeito a isso.

Nós tivemos, neste ano, vários casos, um caso até de um cabo da ROTA, em que houve escuta, sabíamos que ele estava sendo perseguido, tinha escolta para ele, mas no momento em que ele chegou a casa, no momento em que já tinha entrado, quando saiu com o filho, foi morto. Então, não se procura matar o policial, salvo naquele momento de troca de tiro, quando ele está com toda a guarnição. Então, o percentual, eu diria, é muito semelhante.

Para encerrar, porque eu comecei pela Deputada Rosangela Gomes sobre a questão da instituição, do treinamento, quero dizer que, em relação à questão do racismo na polícia, e não só nessa questão, muitas pessoas acabam sempre repetindo as coisas sem aprofundar o tema de uma forma maior.

Recentemente, foi veiculado no *Jornal Nacional* — e talvez alguns tenham que verificar — que o Mano Brown, e acho que vocês o conhecem, havia sido preso.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Ele estava lá ontem.

O SR. ALEXANDRE MORAES - Ele foi preso. Eu não vou entrar no mérito da prisão, mas ele foi preso. Imediatamente foi veiculado no rádio, e algumas pessoas me ligaram, Parlamentares, que ele tinha sido preso por causa de racismo. Foi preso por racismo, a polícia é racista, e eu ainda nem sabia que ele estava preso. Eu liguei para o Comandante-Geral e para o Delegado-Geral, que, por sinal, não acompanham a música atual. Eles perguntaram: “*Quem é Mano Brown?*” Eu expliquei para os dois. Eu falei: “*Não, assim não dá, eu estou mal assessorado*”. E aí fomos levantar como foi a prisão do Mano Brown.

Primeiro, ninguém sabia que ele era o Mano Brown, porque era um bloqueio normal de veículos, todos os veículos tinham que parar e apresentar o documento.



Ele se negou a apresentar o documento, e, ao apresentar o documento, verificou-se que estava vencido desde 2009. Aí ele disse: “*Eu sou o Mano Brown*”. E aí começou a ter problema. Ou seja, ninguém olhou e falou: “*É o Mano Brown*”. A imprensa pediu explicação, e nós mandamos, com a nota, os dois policiais que haviam feito a prisão. Era um negro e uma negra, ou seja, é um caso que não nega que possa existir racismo, não é isso; é um caso que mostra que em qualquer atitude, às vezes, as pessoas já vão dizer: “*A polícia é racista, a polícia é racista*”. Então, nós temos que ter absoluto cuidado com isso.

Todos vocês, V.Exas. podem ter absoluta certeza de que, em nenhum momento, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, o Governador Geraldo Alckimin, o Governo do Estado de São Paulo e as polícias vão pactuar com o racismo, com o preconceito.

Se houver racismo e preconceito, aquele policial vai ser expurgado da polícia. Agora, isso não pode contaminar a instituição Polícia, isso não pode contaminar a instituição Segurança Pública de São Paulo.

Sr. Presidente, eu agradeço a atenção de todos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Secretário, só uma pergunta rápida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É por causa do horário.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu só queria que ele pudesse me dizer, pois não me respondeu, e talvez ele não tenha os dados — e eu não quero os dados exatos, porque eu sei que é difícil —, em relação à causa das mortes dos jovens de São Paulo. Quais são as mais frequentes ou as maiores?

O SR. ALEXANDRE MORAES - As causas de homicídios de jovens não mudam muito em relação ao geral. Os percentuais acabam se alterando um pouquinho.

As duas causas maiores são: o tráfico de drogas, a briga em relação a drogas, o que envolve o tráfico de drogas e o homicídio passional, as brigas normais, que também são os mesmos dois motivos maiores dos não jovens, vamos dizer assim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Então, as maiores causas são homicídio passional e o tráfico de drogas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero agradecer a presença aos Srs. Youssef Abou Chahin, Alexandre Moraes, Ricardo Gambaroni e Rafael Valle Vernaschi.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Nós vamos dar continuidade aqui aos trabalhos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, só para deixar registrado que os policiais morrem na folga, mas é tudo em razão do serviço. Isso tem que ficar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos apreciar vários requerimentos.

Quero também dizer, Dr. Alexandre Moraes e Sr. Ricardo Gambaroni, que nós fizemos várias diligências ontem. E vou pedir, a partir dos depoimentos das mães, algumas informações de alguns inquéritos e processos, e depois nós encaminharemos.

Muito obrigado pela contribuição. Estamos à disposição.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO Sr. Presidente, há requerimento para ser votado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim, vamos votar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Submeto à apreciação da Comissão os seguintes requerimentos: Requerimento nº 99/2015, do Deputado Vicentinho; Requerimento nº 100/2015, do Deputado Sr. Luiz Couto; Requerimento nº 101/2015, do Deputado Luiz Couto.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto para encaminhar. *(Pausa.)*

Os Srs. Deputados que concordam com a aprovação dos requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os Requerimentos nºs 99/15, do Deputado Vicentinho, 100/15, do Deputado Luiz Couto, e 101/15, também do Deputado Luiz Couto.

Agradeço à Relatora, Deputada Rosangela Gomes, aos Deputados, aos assessores da SEPPIR, à imprensa e demais presentes nesta reunião.

Não havendo nada mais a tratar, vou encerrar a presente reunião, antes convocando reunião deliberativa e audiência pública. Nós vamos promover aqui,



com 11 instituições, um debate sobre o ciclo completo de persecução penal, na quinta-feira, dia 25, às 9h30min, em plenário a ser definido.

Muito obrigado. Fiquem com Deus.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, valeu!

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Novo painel, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Declaro encerrados os trabalhos desta CPI.